

ÍNDICE

Relatório da Administração	Pág.
<i>Mensagem da Diretoria</i>	2
<i>Perfil da Empresa</i>	2
<i>Relacionamento com Acionistas</i>	3
<i>Composição Acionária</i>	3
<i>Governança Corporativa</i>	4
<i>Mercado de Energia</i>	4
<i>Comercialização de Energia</i>	5
<i>Desempenho Operacional</i>	5
<i>Investimentos</i>	8
<i>Desempenho Econômico-Financeiro</i>	9
<i>Remuneração aos Acionistas</i>	12
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	13
<i>Participações Societárias</i>	13
<i>Relacionamento com Auditores Independentes</i>	14
<i>Valor Adicionado</i>	15
<i>Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação</i>	15
<i>Responsabilidade Socioambiental</i>	16
<i>Atuação Voltada para os Empregados (Público Interno)</i>	16
<i>Fornecedores</i>	17
<i>Relacionamento com as Comunidades</i>	18
<i>Informações de Natureza Social e Ambiental</i>	20
 Demonstrações Contábeis	
<i>Balanço Patrimonial</i>	23
<i>Ativo</i>	23
<i>Passivo e Patrimônio Líquido</i>	24
<i>Demonstração do Resultado</i>	25
<i>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</i>	26
<i>Demonstração do Fluxo de Caixa</i>	27
<i>Demonstração do Valor Adicionado</i>	28
<i>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis</i>	29
<i>Composição dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria</i>	79
<i>Parecer dos Auditores Independentes</i>	80
<i>Parecer do Conselho Fiscal</i>	81

MENSAGEM DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf tem a satisfação de apresentar o seu Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

A Chesf é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada pela Eletrobrás, que atua norteadada pelos princípios de eficiência empresarial, rentabilidade e responsabilidade socioambiental, comprometendo-se com a preservação dos recursos ambientais e com a redução das desigualdades sociais e regionais.

No ano de 2009, a Chesf teve um bom desempenho econômico-financeiro, mantendo-se sólida e lucrativa.

A Empresa buscou uma expansão equilibrada na sua estrutura de negócios, com foco na sustentabilidade empresarial, destacando-se as seguintes realizações:

- Obtenção de expressivo lucro líquido de R\$ 764,4 milhões.
- Participação no Leilão de Transmissão 001/2009, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, obtendo a concessão do Lote F, para a implantação da linha de transmissão 230 kV Pau Ferro - Santa Rita II, com extensão aproximada de 116,3 km, da subestação Santa Rita II 230/69 kV – 300 MVA, da subestação Zebu 230/69 kV – 200 MVA e da subestação Natal III 230/69 kV – 300 MVA.
- Participação no Leilão de Transmissão 001/2009, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, obtendo a concessão do Lote L, para a implantação da linha de transmissão 230 kV Eunápolis/Teixeira de Freitas C2, com extensão aproximada de 152 km.
- Participação no Leilão de Transmissão 005/2009, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, obtendo a concessão do Lote F, para a implantação da subestação Camaçari IV - 500/230 kV – 2.400 MVA.
- Participação no Leilão de Transmissão 005/2009, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em Consórcio formado pela Chesf (49%) e ATP Engenharia Ltda. (51%), obtendo a concessão do Lote C, referente à linha de transmissão São Luiz II/ São Luiz III 230 kV - C2, com extensão aproximada de 36 km, à subestação Pecém II - 500/230 kV e à subestação Aquiraz II - 230/69 kV.
- Aumento de 120 km de linha de transmissão de 230 kV e de 655 MVA da capacidade de transformação de energia elétrica, no Sistema de Transmissão da Chesf.
- Prosseguimento dos trabalhos de preparação dos processos empresariais relevantes da Companhia para adequação à Lei Sarbanes-Oxley – SOX, dos Estados Unidos da América, visando à Certificação da Eletrobrás.
- Implementação de ações direcionadas à sustentabilidade empresarial, destacando-se a criação da Coordenadoria de Sustentabilidade Empresarial, Controle Interno e Gestão de Riscos e a criação da Coordenadoria de Planejamento Empresarial e P&D+I.

PERFIL DA EMPRESA

A Chesf, Sociedade de Economia Mista – Aberta, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 3 de outubro de 1945, e constituída na 1ª Assembléia Geral de Acionistas, realizada em 15 de março de 1948, tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica.

O seu sistema de geração é hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por percentual superior a 97% da produção total. Atualmente, seu parque gerador possui 10.615 MW de potência instalada, sendo composto por 14 usinas hidrelétricas, supridas através de 9 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 52 bilhões de metros cúbicos de água e uma usina térmica bicomustível com 346,80 MW de potência instalada, que estão relacionadas a seguir:

Usinas	Rio	Capacidade Instalada (MW)
HIDRELÉTRICAS:	-	10.268,328
Sobradinho	São Francisco	1.050,300
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000
Paulo Afonso I	São Francisco	180,001
Paulo Afonso II	São Francisco	443,000
Paulo Afonso III	São Francisco	794,200
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400
Piloto	São Francisco	2,000
Xingo	São Francisco	3.162,000
Funil	de Contas	30,000
Pedra	de Contas	20,007
Boa Esperança	Parnaíba	237,300
Curemas	Piancó	3,520
Araras	Acaraú	4,000
TERMELÉTRICA:		346,803
Camaçari	-	346,803
TOTAL		10.615,131

O sistema de transmissão, cujas primeiras instalações tiveram operação iniciada em 1954, abrange os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, composto por 18.588 km de linhas de transmissão em operação, sendo 5.122 km de circuitos de transmissão em 500 kV; 12.657 km de circuitos de transmissão em 230 kV; 809 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores; 99 subestações com tensão maior que 69 kV e 755 transformadores em operação em todas as tensões, totalizando uma capacidade de transformação de 43.659 MVA, além de 5.683 km de cabos de fibra óptica.

RELACIONAMENTO COM ACIONISTAS

A Chesf, como empresa de capital aberto, embora tendo suas ações negociadas apenas no mercado de balcão, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A política de relacionamento da Companhia é pautada pela divulgação de informações com transparência, caracterizada pelo respeito aos princípios legais e éticos, alinhados às normas a que está submetida como concessionária de serviço público.

A Companhia possui um canal de divulgação de informações na sua página na Internet, www.chesf.gov.br, no link “Relação com Investidores”. A comunicação com seus acionistas é feita por meio de atendimento telefônico, correio padrão, presencial e endereçamento eletrônico.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, no montante de R\$ 4.539,6 milhões, é representado por 41.709.653 ações nominativas, divididas em 40.477.564 ações ordinárias e 1.232.089 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Deste total, 99,45% pertencem à Eletrobrás, 0,46% ao Ministério da Fazenda, 0,02% à Light, 0,01% ao Finor e 0,06% a outros acionistas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é constituída por um Diretor-Presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, e até 5 Diretores, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 anos e com o exercício de suas funções em regime de tempo integral.

O Conselho de Administração é formado por um Presidente e mais 5 Conselheiros, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos. Um dos membros do Conselho de Administração é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Conselho Fiscal é permanente, composto por 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de um ano, brasileiros, eleitos pela Assembléia Geral. Dentre os membros do Conselho Fiscal, um membro efetivo e respectivo suplente são representantes do Tesouro Nacional.

Código de Ética

A Companhia possui um Código de Ética e de Conduta Empresarial elaborado com a participação dos empregados, tendo como referência o Código de Conduta da Alta Administração Federal, contemplando temas presentes na Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU, na Declaração da OIT, sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, e no Pacto Global. Nele estão explicitados os valores e princípios éticos da Chesf que norteiam a conduta institucional nas interações com os diferentes públicos de relacionamento.

Controles Internos e Auditoria

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração, planeja, executa e avalia as atividades de auditoria na Companhia e atende às solicitações da alta direção e de órgãos de controle interno e externo. O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT é submetido à aprovação da Controladoria Geral da União - CGU.

Em atendimento à Lei Societária, as demonstrações financeiras da Chesf são auditadas por auditor independente, contratado por meio de licitação e aprovado pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de outros serviços e com a adoção de rodízio a cada período de 5 anos.

Objetivando adotar as melhores práticas de governança corporativa, a Chesf prosseguiu trabalhos do Projeto SOX da Eletrobrás, com a atualização dos processos empresariais relevantes da Companhia, a realização de testes dos controles e o início da fase de certificação desses processos, visando a adoção dos procedimentos em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley – SOX, dos Estados Unidos da América e à Certificação da Eletrobrás.

MERCADO DE ENERGIA

As projeções de mercado divulgadas pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, para o período 2009 a 2018, apresentam crescimento no consumo nacional de energia elétrica, nas Regiões atendidas pelo Sistema Interligado Nacional – SIN, da ordem de 5,1% ao ano. Este crescimento representa um incremento de 29.571 MW médios no final de 2018, evoluindo dos atuais 52.272 MW médios para 81.843 MW médios, considerando a interligação de sistemas isolados da região Norte. O Nordeste terá uma expansão média de 5,3% ao ano, com crescimento superior ao previsto para o Brasil, passando de 7.664 MW médios para 12.205 MW médios, no mesmo horizonte, representando incremento de 4.541 MW médios até o final do último ano.

Este quadro sinaliza a necessidade de acréscimos de novas fontes de geração de energia, indicando oportunidades de expansão, tanto em usinas termelétricas a gás natural e nuclear, já indicados no Plano Decenal de Expansão 2008 a 2017 da EPE, quanto nos dos grandes aproveitamentos do norte do Brasil, no potencial hidrelétrico remanescente dos rios São Francisco e Parnaíba e nos empreendimentos de energia eólica de custos competitivos da região setentrional do nordeste.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A energia comercializada pela Chesf, em 2009, atingiu o montante total de 46.409 GWh, distribuído entre 21 estados do Brasil e o Distrito Federal. Desse montante, 43.550 GWh foram destinados ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, para atendimento às distribuidoras e aos consumidores cativos, que representa 93,8% do total comercializado, enquanto que 2.859 GWh foram destinados ao ambiente de Contratação Livre – ACL, para atendimento aos comercializadores e aos consumidores livres, representando 6,2% desse total.

Em 2009, a venda de energia para as distribuidoras representou um percentual de 79,1% do total da energia comercializada pela Chesf. Dentro desse mercado, destacam-se as vendas efetuadas para aquelas localizadas nos seguintes estados: São Paulo (22,5%), Rio de Janeiro (11,0%), Paraná (10,5%), Minas Gerais (7,8%) e Bahia (7,3%).

No Ambiente de Contratação Livre – ACL, o processo de negócio de venda de energia é realizado pela Companhia por meio de leilões. Para tanto, a Chesf conta com suporte de plataforma computacional com acesso à rede mundial de computadores e com um novo sistema de Computação de Alto Desempenho (CAD).

No ano de 2009 a Chesf promoveu 18 leilões que resultaram em 74 novos contratos com Comercializadores e Consumidores Livres. Esses novos contratos no ambiente livre representaram 55,6% da energia contratada nesse exercício para esse ambiente.

A região Nordeste, onde está sediada a Companhia, foi responsável pela compra de uma fatia de 35,3% do que a empresa comercializou no ano de 2009. Parte dessa energia foi destinada ao atendimento de 21 grandes consumidores indústrias da região.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Chesf integra o Sistema Interligado Nacional – SIN e realiza intercâmbio de energia com os sistemas Norte, Sul e Sudeste/Centro-Oeste.

Dada a localização de suas principais usinas na bacia do São Francisco, a geração de energia é influenciada pelos regimes hidrológicos das Regiões Nordeste e Sudeste. Devido a essa localização e às afluições ocorridas no período úmido 2008/2009, o principal reservatório da Região Nordeste, Sobradinho, atingiu, no mês de maio de 2009, o seu armazenamento pleno e, em 31 de dezembro, alcançou 66,9% do seu volume útil.

A Companhia gerou 49.956 GWh, em 2009, contra 41.239 GWh, em 2008, representando um acréscimo de 21,1%. Esse aumento foi devido às condições energéticas do Sistema Interligado Nacional - SIN e ao intercâmbio de energia praticado com as outras regiões, em função da política de despacho centralizado exercida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Foram mantidos os investimentos na capacitação de recursos humanos, aprimoramento dos instrumentos de planejamento de intervenções e implementação de novas técnicas e processos de manutenção em equipamentos, linhas de transmissão e dispositivos de proteção, controle e supervisão.

Em 2009, foi dada continuidade à implantação de melhorias nos sistemas de transmissão e geração, com a substituição de equipamentos obsoletos e superados, digitalização de sistemas de proteção e instalação de novos dispositivos de supervisão e controle do sistema eletroenergético. A modernização de Centros de Operação prosseguiu com a utilização de funções avançadas, tais como estimador de estado, configurador de redes, sistema de tratamento de alarmes, além de simulador para treinamento de operadores.

Reforçando a Rede de Telecomunicação da Chesf, foram agregados novos suportes e serviços ao sistema de transmissão óptico digital, destacando-se o atendimento à subestação de São João do Piauí, além das rotas via rádio digital da subestação de Funil à Usina de Pedra e a subestação de Milagres à Usina Coremas. Foram também implementadas melhorias no serviço de telefonia móvel operacional, que atende de forma integrada às instalações de todo o sistema, estendendo tal recurso às usinas do complexo de Paulo Afonso, Xingó e Luiz Gonzaga, além de subestações localizadas nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

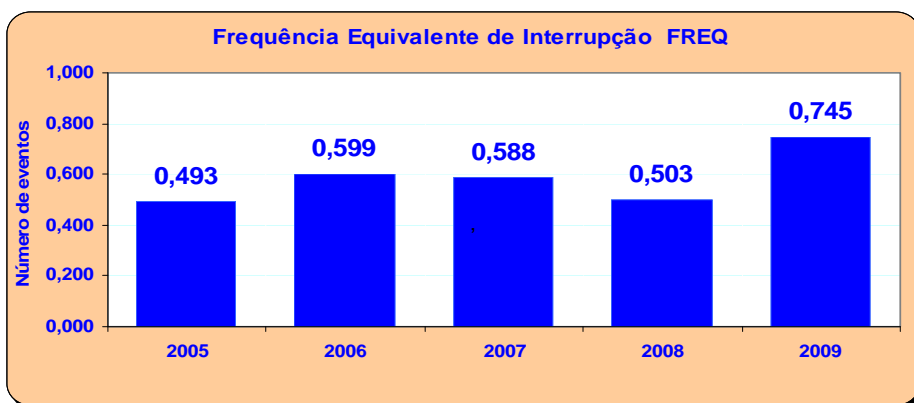
Indicadores de Desempenho

Em que pesem os programas de trabalho realizados pelas áreas de operação e manutenção da Empresa, no ano de 2009, os resultados dos indicadores de Frequência Equivalente de Interrupção – FREQ, de Duração Equivalente de Interrupção – DREQ e de Energia Interrompida – ENES não foram tão bons quanto nos anos anteriores. Tais resultados foram consequência de um conjunto de perturbações no sistema, provocadas tanto por descargas atmosféricas, quanto por defeitos em equipamentos, além de vandalismo e queimadas e incêndios em áreas sob linhas de transmissão, embora a qualidade e continuidade do atendimento tenham permanecido dentro dos padrões esperados pelo mercado consumidor.

Os indicadores de Disponibilidade Operacional de Geração e de Linhas foram bons, particularmente o de Linhas de Transmissão, sendo o melhor dos últimos 5 anos, em virtude das modernas técnicas de manutenção de linhas praticadas e dos reduzidos tempos de recomposição quando de ocorrências nesta função.

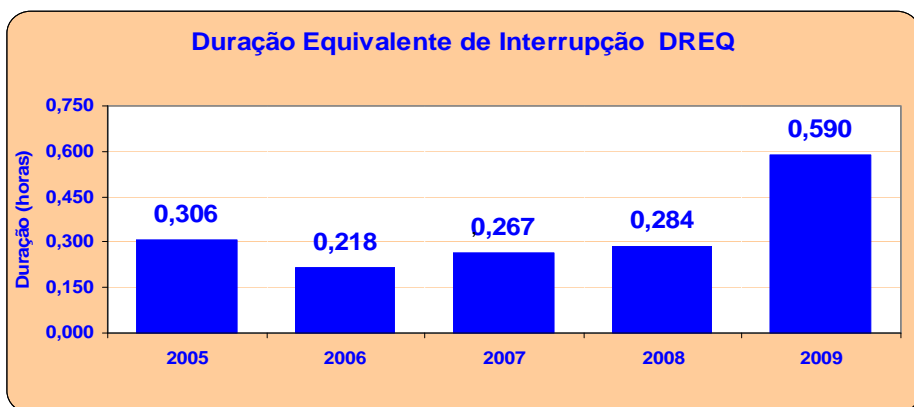
Frequência Equivalente de Interrupção - FREQ

Indica o número equivalente de interrupções no fornecimento de energia elétrica.



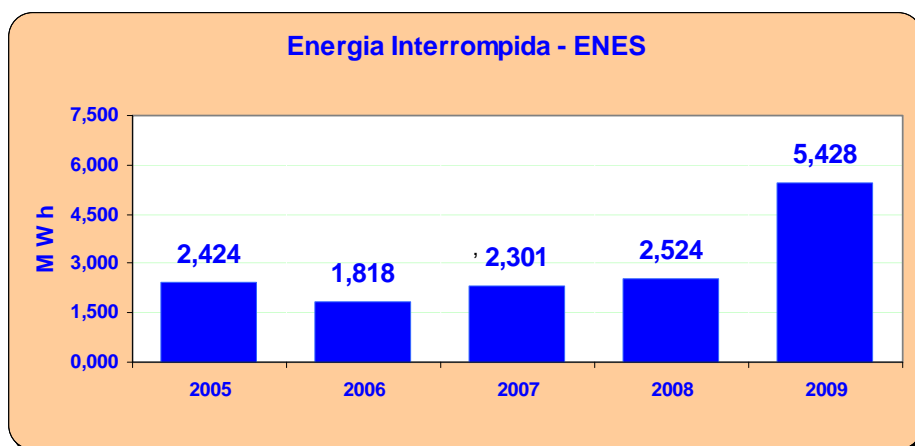
Duração Equivalente de Interrupção - DREQ

Indica a duração equivalente, em horas, das interrupções no fornecimento de energia elétrica.



Energia Interrompida - ENES

Indica o montante equivalente de energia elétrica, em GWh, nas interrupções do fornecimento.



Disponibilidade Operacional - DO

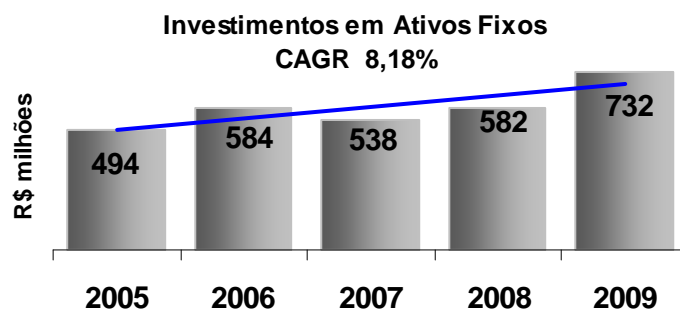
Indica a probabilidade de, num dado momento, o equipamento estar operando, desempenhando sua função ou pronto para operar.



INVESTIMENTOS

No ano, os investimentos em ativos fixos para expansão e modernização da capacidade produtiva da Chesf totalizaram R\$ 731,8 milhões. O valor contabilizado, considerando apenas as adições ao ativo imobilizado, está assim distribuído: R\$ 61,2 milhões em geração de energia; R\$ 443,7 milhões em obras do sistema de transmissão; R\$ 145,8 milhões no reassentamento de Itaparica; e R\$ 81,1 milhões em infraestrutura. No período 2005 a 2009, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de 8,18%.

O gráfico a seguir apresenta os investimentos ao longo dos últimos cinco anos.



Geração

Para manter o sistema de geração com nível de disponibilidade satisfatório, foram realizadas diversas ações de manutenção e benfeitorias nas usinas da Companhia, destacando-se os trabalhos de digitalização de MPCCSR – Medição, Proteção, Comando, Controle, Supervisão e Regulação, da UHE Paulo Afonso III.

No Programa de Estudos de Potenciais de Energia Hidráulica, para aumentar a oferta de geração hidrelétrica no Nordeste, a Chesf, em parceria com a Construtora Norberto Odebrecht, Engenvix Engenharia S.A. e Desenvix S.A., concluiu os estudos ambientais – EIA/RIMA do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Riacho Seco (276 MW), localizado no trecho submédio do Rio São Francisco. Em dezembro de 2009, o Ibama deu aceite aos estudos ambientais de cinco Aproveitamentos Hidrelétricos no Rio Parnaíba: Ribeiro Gonçalves (113 MW), Uruçuí (134MW), Cachoeira (63 MW), Estreito (56 MW), e Castelhana (64 MW), desenvolvidos pela Chesf em parceria com a CNEC Engenharia S.A., Construtora Queiroz Galvão S.A. e Energimp S.A. Há a expectativa de que ocorra os Leilões de Concessão dessas seis hidrelétricas no ano de 2010. Na área de energia eólica, a Empresa deu continuidade a estudos para viabilizar a implantação de novos parques na região Nordeste.

Transmissão

O Sistema de Transmissão da Chesf foi ampliado com a conclusão dos seguintes empreendimentos:

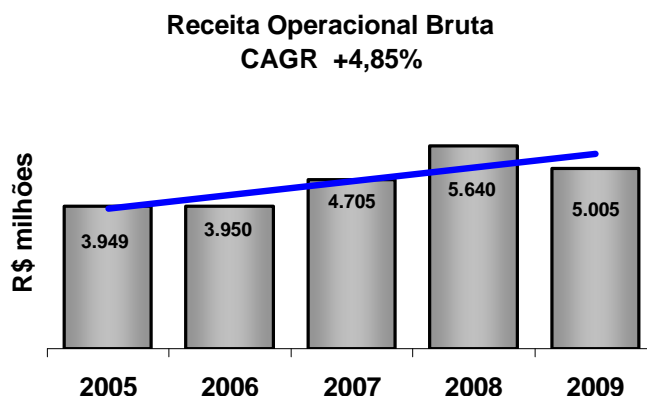
- Construção da linha de transmissão 230 kV Milagres/Coremas, com extensão aproximada de 120 km, e dos respectivos terminais em 230 kV nas subestações Milagres e Coremas - Obra do PAC.
- Recapitação dos circuitos 1 e 2 da linha de transmissão 230 kV Camaçari/Jacaracanga.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Pau Ferro com a instalação do 3º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e conexões associadas.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Angelim com a instalação do 3º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e conexões associadas.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Jardim II com a instalação do 4º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e conexões associadas.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Tacaimbó com a instalação do 3º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e conexões associadas.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Pici II com a instalação do 3º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e conexões associadas.

- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Piripiri com a instalação do 3º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e conexões.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Santa Cruz II com a instalação de um transformador 69/13,8 kV - 10 MVA, em substituição ao transformador 69/13,8 kV - 5 MVA existente.
- Instalação de 1 entrada de linha de 230 kV na subestação Icó, 2 conexões de transformador de 500 kV na subestação Messias, 1 reator trifásico de 230 kV – 15 MVAr na subestação Picos e transformadores de terra de 69 kV nas subestações Pau Ferro, Piripiri e Tacaimbó.
- Em implantação, os empreendimentos - linhas de transmissão e ampliação de subestações, cujas concessões foram obtidas por meio de leilão ou autorização da ANEEL e que integram as Obras do PAC:
 - Linha de transmissão 230 kV, Ibicoara/ Brumado II, circuito 1.
 - Linha de transmissão 230 kV, Paraíso/Açu II, circuito 2.
 - Linha de transmissão 230 kV, Picos/Tauá II, circuito 1.
 - Linha de transmissão 230 kV, Funil/Itapebi, circuito 3.
 - Linha de transmissão 230 kV, Jardim II/Penedo, circuito 1.
 - Linha de transmissão 230 kV, Eunápolis/Teixeira de Freitas, circuito 1.
 - Linha de transmissão 230 kV, Eunápolis/Teixeira de Freitas, circuito 2.
 - Linha de transmissão 230 kV, Pau Ferro/Santa Rita II, circuito 1.
 - Subestação 230 kV, Zebu.
 - Subestação 230 kV, Santa Rita.
 - Subestação 230 kV, Teixeira de Freitas.
 - Subestação 230 kV, Natal III.
 - Subestação 500/230 kV- 600 MVA, Suape II.
 - Subestação 230/69 kV - 400 MVA, Suape III.
 - Subestação 138 kV, Pilões.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

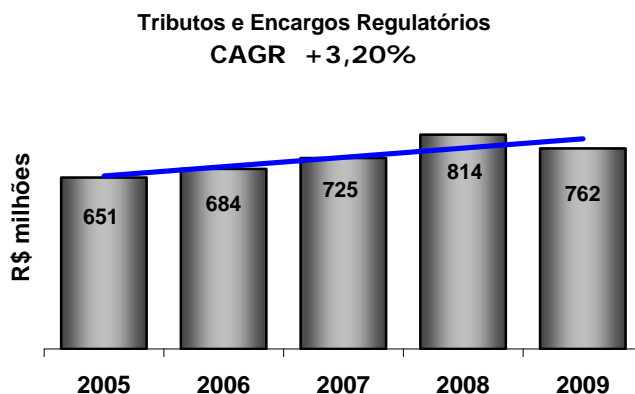
Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Chesf, em 2009, no montante de R\$ 5.004,9 milhões, apresentou uma diminuição de 11,3% em relação aos R\$ 5.640,4 milhões de 2008. Tal resultado foi decorrente dos seguintes fatores: queda de 67,5% na comercialização de energia no mercado de curto prazo; queda de 7,1% no suprimento de energia às empresas distribuidoras e comercializadoras, em função da movimentação ocorrida nos contratos de leilões realizados no Ambiente de Contratação Livre – ACL; aumento de 6,4% na receita de transmissão, fruto de novos empreendimentos e dos reajustes previstos nos contratos vigentes. No período 2005 a 2009, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +4,85%.



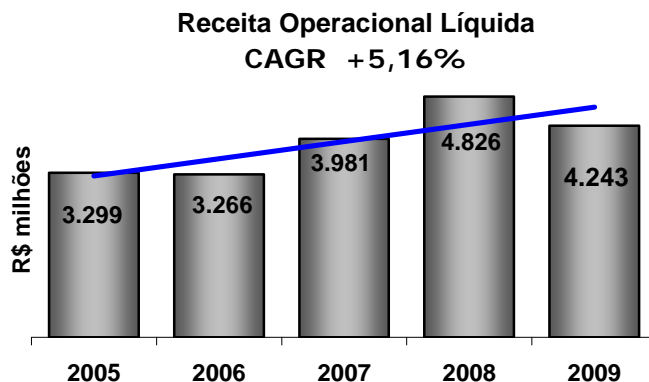
Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas

Os tributos e encargos regulatórios sobre vendas totalizaram R\$ 762,2 milhões no ano de 2009 (-6,4% em relação a 2008). Deste total, R\$ 475,9 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (-4,4% em relação a 2008) e R\$ 286,3 milhões a encargos regulatórios (-9,4% em relação ao ano anterior). A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR), no período 2005 a 2009, foi de +3,20%.



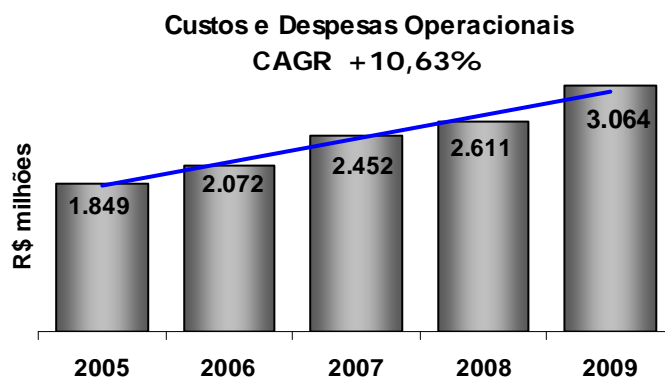
Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida registrou queda de 12,1% (- R\$ 583,7 milhões) em relação ao ano de 2008, atingindo R\$ 4.242,6 milhões em 2009. Deste montante, a venda de energia elétrica contribuiu com 74,1% (78,4% em 2008), a receita pela disponibilização do sistema de transmissão de energia respondeu com 25,7% (21,4% em 2008) e o restante, 0,2%, teve como origem outras receitas operacionais. De 2005 a 2009, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +5,16%.



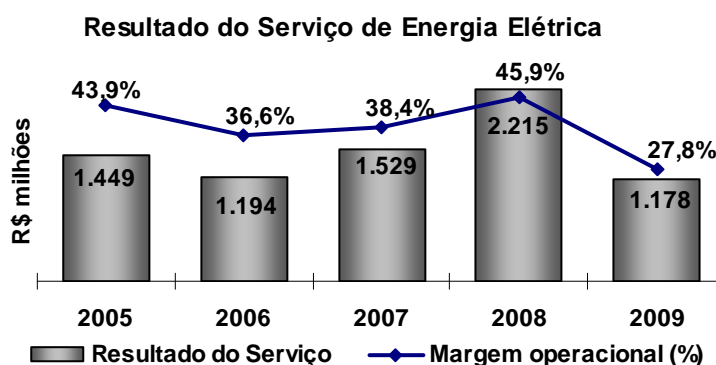
Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais somaram R\$ 3.064,1 milhões em 2009 (17,4% maior que 2008). Os custos do serviço de energia elétrica foram de R\$ 1.796,5 milhões (9,7% inferior a 2008), em função, basicamente, das quedas verificadas nos itens *combustíveis para a produção de energia e compra de energia para revenda*. Por sua vez, as despesas operacionais alcançaram o montante de R\$ 1.267,6 milhões em 2009 (+104,2% em comparação a 2008). Este aumento é explicado, basicamente, por provisões de créditos para liquidação duvidosa e perdas – Consumidores/Concessionárias e Energia Livre, e provisão para o Plano de Desligamento Voluntário Programado – PDVP, no montante de R\$ 274,1 milhões, bem como o registro de avaliação atuarial de benefícios pós-emprego, no valor de R\$ 81,9 milhões. A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +10,63%, no período 2005 a 2009.



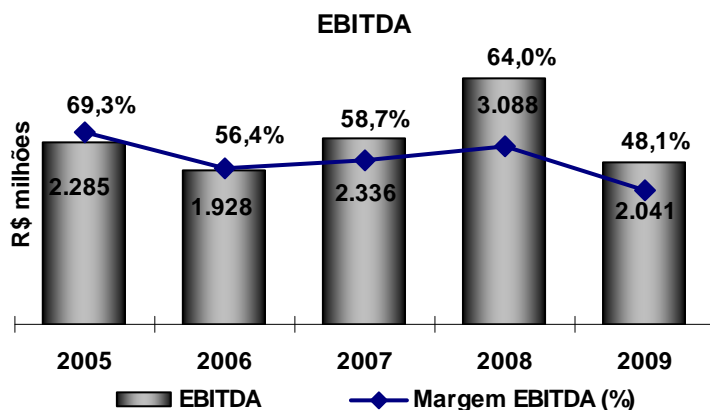
Resultado do Serviço de Energia Elétrica e Margem Operacional

Como efeito dos fatos anteriormente mencionados, o resultado operacional do serviço (EBIT), no valor de R\$ 1.178,5 milhões, apresentou queda de 46,8% em relação aos R\$ 2.215,4 milhões obtidos em 2008. Este resultado, que representa a margem operacional do serviço, passou de 45,9% em 2008, para 27,8% da receita operacional líquida de 2009, uma redução de 18,1 pontos percentuais.



Geração Operacional de Caixa (EBITDA)

A geração operacional de caixa expressa pelo EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) foi de R\$ 2.041,2 milhões, representando uma redução de 33,9% em relação aos R\$ 3.087,5 milhões registrados em 2008. A margem EBITDA de 48,1% sobre a receita operacional líquida, ante 64,0% obtida em 2008, representa uma queda de 15,9 pontos percentuais.



Reconciliação do EBITDA (R\$ milhões)

	2009	2008
Lucro Líquido	764,4	1.437,3
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	132,7	204,7
(+) Participações nos lucros	72,1	60,6
(+) Receitas (despesas) não recorrentes	(4,6)	47,8
(+) Despesas Financeiras	404,7	644,0
(+) Depreciação	620,4	603,4
(+) Provisões para Contingências	51,5	89,7
(=) EBITDA	2.041,2	3.087,5

Resultado Financeiro

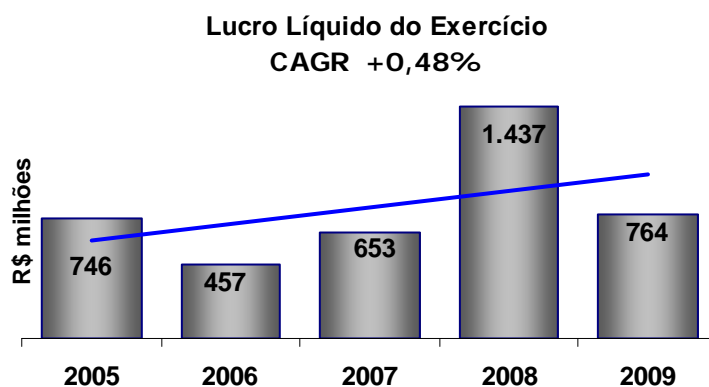
O resultado financeiro no exercício representou uma despesa líquida de R\$ 213,9 milhões, 54,0% menor em relação ao valor de R\$ 465,0 milhões de 2008, que também apresentou resultado líquido de despesa. Este resultado é explicado, basicamente, pela redução dos encargos financeiros vinculados aos empréstimos e financiamentos, refletindo a queda do estoque da dívida e dos seus indexadores.

Receitas (despesas) financeiras (R\$ milhões)

	2009	2008
Renda de aplicações financeiras	77,8	76,8
Renda de refinanciamentos concedidos a clientes	31,7	70,3
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(430,1)	(487,7)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	53,0	(83,4)
Outras receitas (despesas) financeiras	53,7	(41,0)
(=) Resultado financeiro líquido	(213,9)	(465,0)

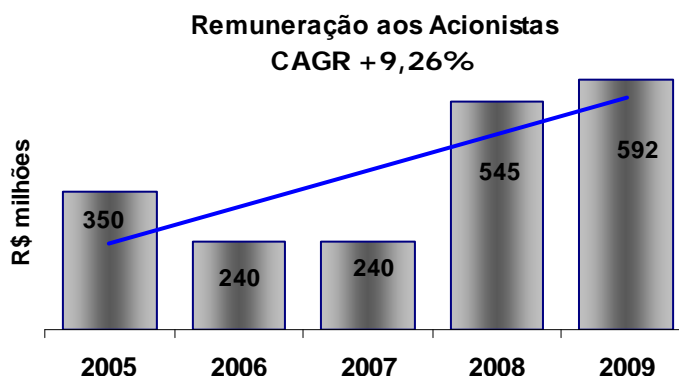
Lucro Líquido

O lucro líquido obtido pela Chesf em 2009 foi de R\$ 764,4 milhões, uma redução de 46,8%, quando comparado aos R\$ 1.437,3 milhões de 2008 e é explicado, basicamente pela diminuição na receita operacional líquida (-12,1%) e pelo crescimento dos custos e despesas operacionais (+ 17,4%). De 2005 a 2009, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +0,48%.



REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, como dividendos mínimos obrigatórios. Entretanto, a administração da Companhia, considerando o lucro líquido do exercício, resolveu propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO uma remuneração de R\$ 591,7 milhões, a título de dividendos, equivalentes a 100,0% do lucro líquido ajustado (51,4% em 2008), e correspondente a uma distribuição de R\$ 14,19 por ação ordinária e preferencial (R\$ 13,06 em 2008). A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +9,26%, no período 2005 a 2009.



EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O endividamento bruto, que inclui os juros contabilizados e o principal da dívida com a Controladora e com instituições financeiras, encerrou o ano com R\$ 663,5 milhões, 82,5% menor que os R\$ 3.785,8 milhões ao final de 2008. Cabe salientar o registro da decisão da Eletrobrás de autorizar a conversão de grande parte dos seus créditos com a Companhia, no montante de R\$ 2.723,7 milhões, relativos a empréstimos e financiamentos, em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, com a sua capitalização para até 31/03/2010. A posição de dívida líquida (empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, deduzidos das disponibilidades e aplicações financeiras) apresentou no final do ano o saldo de créditos superiores à dívida, no valor de R\$ 132,6 milhões.

DÍVIDA CONSOLIDADA – R\$ milhões	2009	2008	Δ%
Curto Prazo	120,3	478,0	-74,8%
Em Moeda Nacional	120,3	368,0	-67,3%
Em Moeda Estrangeira	-	110,0	-
Longo Prazo	543,2	3.307,8	-83,6%
Em Moeda Nacional	543,2	3.153,8	-82,8%
Em Moeda Estrangeira	-	154,0	-
Dívida Bruta Total	663,5	3.785,8	-82,5%
(-) Caixa e Equivalentes	4,9	9,3	-47,3%
(-) Aplicações Financeiras	791,2	887,0	-10,8%
Dívida líquida/Superávit	-132,6	2.889,5	-

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2009, a Chesf possuía participações minoritárias nas seguintes empresas:

- **STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.**

49% no capital social da empresa STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A., constituída em 27 de outubro de 2003, que tem como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção da linha de transmissão de 500 kV Teresina II(PI)/Sobral III(CE)/Fortaleza II(CE), em operação desde janeiro de 2006, com prazo de concessão de 30 anos.

- **Integração Transmissora de Energia S.A.**

12% no capital social da empresa Integração Transmissora de Energia S.A., constituída em 20 de dezembro de 2005, que tem como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção da linha de transmissão de 500 kV Colinas/Serra da Mesa 2, 3º circuito, em operação desde maio de 2008, com prazo de concessão de 30 anos.

- **Energética Águas da Pedra S.A.**

24,5% no capital social da empresa Energética Águas da Pedra S.A., constituída em 3 de abril de 2007, que tem como objeto social a implantação da Usina Hidrelétrica Dardanelos, no Rio Aripuanã, situado ao norte do Estado do Mato Grosso, com potência de 261 MW e energia assegurada total de 154,9 MW médios, com marco contratual de início das operações previsto para janeiro de 2011 e prazo de concessão de 35 anos. Cabe ressaltar a previsão atual de antecipação do início de operação da primeira unidade dessa hidrelétrica para junho/2010.

- **ESBR Participações S.A.**

20% no capital social da empresa ESBR Participações S.A., constituída em 12 de fevereiro de 2009, que passou a deter a totalidade das ações da empresa Energia Sustentável do Brasil S.A., a partir de maio/2009, tem como objeto social a implantação da Usina Hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, com potência de 3.300 MW e energia assegurada total de 1.975,3 MW médios, com início das operações previsto para janeiro de 2013 e prazo de concessão de 35 anos. Ressalte-se que o cronograma atual de implantação prevê a antecipação do início de operação da primeira unidade dessa hidrelétrica para o primeiro semestre de 2012.

- **Manaus Transmissora de Energia S.A.**

19,5% no capital social da empresa Manaus Transmissora de Energia S.A., constituída em 22 de abril de 2008, que tem como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção da linha de transmissão de 500 kV Oriximiná/Itacoatiara/Cariri, da subestação Itacoatiara 500/138 kV (150 MVA) e da subestação Cariri 500/230 kV (1.800MVA), com início das operações previsto para outubro de 2011 e prazo de concessão de 30 anos.

- **Manaus Construtora Ltda.**

19,5% no capital da empresa Manaus Construtora Ltda., constituída em 06 de abril de 2009, que tem como objetivo a construção, montagem e fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos para a linha de transmissão de 500 kV Oriximiná/Cariri CD, a subestação Itacoatiara de 500/138 kV e a subestação Cariri de 500/230 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como, as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

- **Interligação Elétrica do Madeira S.A.**

24,5% no capital da empresa Interligação Elétrica do Madeira S.A., constituída em 18 de dezembro de 2008, que tem como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção da linha de transmissão de 600 kV Coletora Porto Velho (RO)/Araraquara 2 (SP), em corrente contínua, da estação retificadora de corrente alternada para corrente contínua 500/600 kV, localizada na subestação Coletora Porto Velho, com capacidade de 3.150 MW, e da estação inversora de corrente contínua para corrente alternada 600/500 kV, localizada na subestação Araraquara 2, com capacidade de 2.950 MW, com início das operações previsto para abril de 2013 e prazo de concessão de 30 anos.

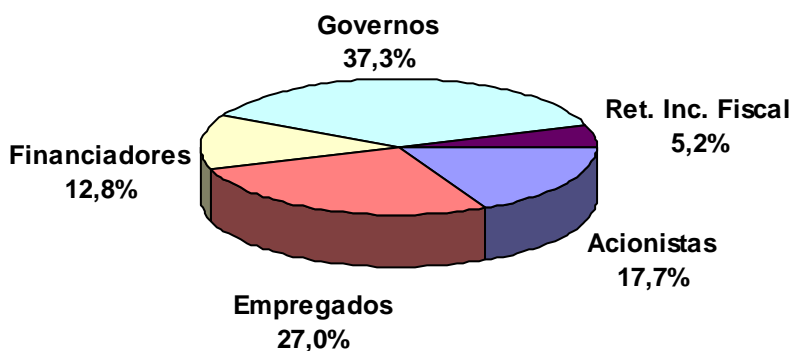
RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Chesf em relação aos seus auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam a independência desses profissionais. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a administração informa que sua auditoria – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, durante o exercício de 2009, não prestou outros serviços além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Os referidos auditores foram contratados num contrato único para todas as empresas do Sistema Eletrobrás, para um período de 5 (cinco) anos, com início dos trabalhos no exercício de 2009.

VALOR ADICIONADO

O valor econômico gerado pela Companhia em 2009 foi de R\$ 3.338,1 milhões, montante 15,1% menor do que os R\$ 3.930,2 milhões de 2008. Este valor foi devolvido à sociedade em forma de: salários, encargos e benefícios aos empregados (27,0%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (37,3%); juros aos financiadores (12,8%); dividendos aos acionistas (17,7%); e retenção decorrente de incentivo fiscal (5,2%).

Distribuição do Valor Adicionado



PROGRAMA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

A Chesf investe em seu Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - P&D+I buscando encontrar na inovação de equipamentos, sistemas e processos, o incremento de sua rentabilidade, a melhoria contínua da prestação do serviço e a possibilidade de novos negócios.

A Companhia possui duas carteiras de projetos. A primeira, que atende às demandas das Leis nº 9.991/2000 e nº 10.848/2004, tem o foco nas necessidades de interesse mais específico do sistema de produção e transmissão de energia elétrica, com o envolvimento de uma grande gama de reconhecidas entidades de ensino e pesquisa no papel de executoras dos projetos. A segunda carteira de projetos concentra-se em questões de interesse comum às empresas do Sistema Eletrobrás e tem, como executora, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, entidade que há mais de trinta anos vem prestando relevantes serviços para o setor elétrico nacional.

No exercício de 2009, foi feito um intenso investimento na modernização da gestão dos processos de P&D+I, ressaltando-se o aprimoramento da forma de prospecção e desenvolvimento dos projetos, de forma a atender às necessidades da Empresa e minimizar os riscos da pesquisa. Trinta e cinco demandas de pesquisa tiveram propostas de projeto pré-selecionadas e detalhadas, as quais deverão ser submetidas à ANEEL e contratadas no primeiro semestre de 2010.

A média anual de recursos investidos nas carteiras supracitadas é de aproximadamente R\$ 26 milhões. A Chesf também contribui para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para o custeio da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, perfazendo uma média anual de R\$ 25 milhões. Portanto, no total, a Chesf investe anualmente em P&D+I, direta e indiretamente, o expressivo montante de cerca de R\$ 51 milhões.

Em 2009, a pesquisa da Chesf referente a “Recuperação de biogás em aterros de resíduos sólidos urbanos – Projeto Piloto da Muribeca”, obteve a segunda colocação geral no V Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica (Citenel).

Os projetos já concluídos, envolvendo todos os segmentos da cadeia produtiva, autorizam inferir a certeza de uma crescente otimização dos resultados da Empresa, do essencial compartilhamento de conhecimento academia-empresa e da aplicação dos resultados das pesquisas em benefício da Companhia e da sociedade, ações absolutamente essenciais para consolidação do desenvolvimento nacional.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Chesf entende que a sua gestão deve ser direcionada para a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Por esta razão, a atuação socioambiental da Companhia, além de contribuir para melhorar a qualidade de vida pessoal e profissional de seus empregados, contribui para o desenvolvimento dos seus fornecedores, para ampliar o relacionamento com as comunidades do entorno das suas instalações e de seus empreendimentos, para implantar projetos do Governo Federal, para desenvolver ações direcionadas à sociedade em geral e para minimizar os impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

ATUAÇÃO VOLTADA PARA OS EMPREGADOS (PÚBLICO INTERNO)

A Companhia encerrou o exercício de 2009 com um quadro de pessoal de 5.635 empregados. O índice de *turnover* do exercício foi de 3,18 %. Foi finalizada a construção do Plano de Carreira e Remuneração para as Empresas do Sistema Eletrobrás, com foco em Competências e Resultados e o Sistema de Gestão de Desempenho - SGD. Essas ações compõem o Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás.

A Empresa adota a prática de constituição de Comissões Paritárias Chesf/Sindicatos, para equacionar questões de interesse de ambas as partes. Por sugestão da Comissão Paritária de Políticas de Acampamento, continuou-se a venda de casas dos acampamentos da Empresa aos seus moradores.

Remuneração e Benefícios

Em 2009, R\$ 72,1 milhões foram distribuídos para os empregados como Participação nos Lucros ou Resultados - PLR, resultante do cumprimento de metas pré-estabelecidas pela Eletrobrás e pela Chesf: dar lucro e distribuir dividendos, metas financeiras (margem operacional e índice de custeio) e operacionais (disponibilidade operacional do sistema de geração e de transmissão).

Os empregados da Chesf têm direito aos seguintes benefícios: Assistência materno-infantil para filhos de até 6 meses; Assistência educacional para filhos de mais de 6 meses até 20 anos; Auxílio educacional superior, concedido para empregados que não tenham curso universitário; Seguro de vida em grupo; Assistência ao portador de deficiência – PAPD, para empregados e dependentes; Atendimento médico e de enfermagem nos ambulatórios da Empresa durante o horário de expediente; Auxílio óculos e lentes, para os empregados e seus dependentes; Complementação de auxílio-doença; Plano de Assistência Patronal – PAP, abrangendo assistência médico-hospitalar, odontológica e demais serviços de saúde; Pecúlio por morte ou invalidez decorrente de acidente de trabalho; Transporte – antecipação de vale ao empregado para deslocamento residência/local de trabalho/residência; Vale refeição; Alimentação; Previdência privada, através da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf.

Capacitação e Desenvolvimento

A Chesf adota um sistema de educação corporativa que vincula a capacitação às necessidades da organização e ao desenvolvimento dos empregados.

Em 2009, o número médio de horas de treinamento por empregado foi de 80,24 correspondendo a 4,17% das horas de trabalho. O marco regulatório e a alta competitividade, inerentes ao novo Modelo do Setor Elétrico, têm exigido da Chesf um redirecionamento estratégico nos processos de capacitação. Nesse sentido, destaca-se a ampliação da oferta de treinamentos com fornecedores internos, visando ao desenvolvimento de competências requeridas pelo negócio da Companhia. Entende-se que a gestão com foco no conhecimento é indispensável, incluindo o investimento em processos de instrutoria interna. O objetivo é compartilhar a alta competência individual e os conhecimentos sobre a realidade empresarial dos empregados mais antigos, propiciando uma oportunidade única de troca. Houve também um aumento expressivo da oferta de treinamentos à distância, propiciando democratização do aprendizado e redução dos custos de treinamento e do tempo de aplicação do conteúdo assimilado. Alinhado à nova realidade organizacional, está em curso desde 2008 o Plano de Preparação Gerencial, com alto investimento da Companhia no seu corpo de gerentes, fundamental para as atuais transformações no Sistema Eletrobrás. O objetivo central do Plano é a maximização da performance dos executivos da Chesf.

Saúde e Segurança do Trabalho

Em 2009, a Chesf deu continuidade à implantação do Plano Corporativo de Saúde e Qualidade de Vida – Viver Bem – Chesf objetivando atuar, de forma sistêmica, na prevenção, recuperação e promoção de Saúde e Qualidade de Vida dos seus empregados. Dentre as ações realizadas, destaca-se o Plano de Atendimento Emergencial – PAE, que visa maior eficiência e agilidade no atendimento ao empregado acidentado ou vítima de mal-súbito.

Também, em 2009, foi realizada a integração das duas Campanhas: Fique Alerta e Segurança Dez, com abrangência para todos os empregados da Companhia, com foco na prevenção de Incidentes do Trabalho, Acidentes do Trabalho, Incidentes Operacionais e Perdas.

Foram, ainda, contratados serviços especializados para realizar diagnóstico da adequação dos processos de trabalho relativos à geração e transmissão de energia, realizados nas Usinas Xingó, Boa Esperança, Camaçari e na Subestação Recife II da Chesf, à norma OHSAS (*Occupational Health Safety Assessment Series* – Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional) 10001 e às legislações pertinentes.

A Companhia possui 22 CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, formadas paritariamente por representantes eleitos pelos empregados e representantes do empregador. Anualmente, é realizada o INTERCIPA, seminário que reúne representantes de todas as CIPA da Chesf, representantes dos empregados e do empregador, dos órgãos de segurança do trabalho, representantes de sindicatos e outros convidados, objetivando a troca de experiências no que se refere às boas práticas prevencionistas, a fim de melhorar a gestão de segurança e saúde no ambiente de trabalho.

Em 2009, a Taxa de Frequência Acumulada de Acidentes do Trabalho Típicos com Afastamento foi 4,31, ficando 0,9% acima do limite tolerável para o exercício. Com relação à Taxa de Gravidade Acumulada de Acidentes do Trabalho Típicos com Afastamento, os acidentes foram menos graves do que no ano anterior, mantendo-se a tendência de queda, o que contribuiu para a redução dessa taxa de 83, em 2008, para 44, em 2009.

Respeito à Diversidade e Equidade de Gênero

O respeito e a promoção da diversidade estão presentes na gestão da Chesf. A Companhia atua para eliminar qualquer tipo de discriminação. Nos normativos de gestão de pessoas e no Código de Ética e de Conduta Empresarial há cláusula que explicita a posição contrária a qualquer preconceito e práticas que discriminem pessoas por cor/raça, etnia, sexo, idade, origem regional, condição econômica, social, condição física ou mental, orientação política, religiosa ou sexual, ou por qualquer outra condição.

A Companhia recebeu da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho – OIT e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - UNIFEM o Selo Pró-Equidade de Gênero 2009, um atributo de destaque e distinção da Chesf como empresa comprometida e em reconhecimento pelas ações afirmativas da Chesf para a promoção da igualdade de oportunidades para as mulheres e para a promoção da equidade de gênero no mundo do trabalho.

A Chesf deu continuidade a ações que ampliam a inclusão social e a acessibilidade de empregados com deficiência. Para atender aos deficientes visuais, existem informações em linguagem Braille nas catracas de acesso às instalações, nas portas internas, bem como sintetizadores de voz nos elevadores. Esses empregados dispõem de equipamentos e *softwares* específicos para a realização de suas atividades. O Código de Ética e de Conduta Empresarial está disponível em Braille. A opção religiosa e a orientação política e sexual dos empregados são respeitadas.

FORNECEDORES

A Companhia promove, periodicamente, a atualização de seus fornecedores sobre os procedimentos utilizados para a gestão dos contratos. Atua, também, no sentido de fortalecer a parceria e melhorar a qualidade dos serviços e produtos. Para tal, foram realizados encontros de um dia, em Recife, Paulo Afonso e Teresina. Os requisitos de responsabilidade social, ética e questões de diversidade e gênero são enfatizados em palestra específica que está incluída na programação dos eventos. Outro ponto também amplamente divulgado com os Fornecedores foi a criação e o papel da Ouvidoria da Chesf.

Em consonância com o Código de Ética e Conduta Empresarial da Chesf, que explicita os princípios e valores éticos que norteiam a conduta institucional da Companhia e dos seus funcionários nas interações com os fornecedores, em 2009, a Chesf promoveu a ampla divulgação dos “Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação da Chesf com os Fornecedores”, no qual também está explicitado o repúdio ao trabalho infantil e à submissão de profissionais a trabalhos em condições degradantes. Para a contratação do fornecimento de bens e de serviços há a exigência de cumprimento desses princípios.

RELACIONAMENTO COM AS COMUNIDADES

A Companhia aloca os projetos e ações para as comunidades que recebem o seu apoio em grandes programas:

- Programa Geração – atendimento das populações carentes das microrregiões onde a Empresa implantou geração hidrelétrica, compreendendo o Programa Lagos do São Francisco abrangendo as áreas das hidrelétricas Luiz Gonzaga (Itaparica), Apolônio Sales (Moxotó), Complexo Paulo Afonso e Xingó; Programa Sobradinho (municípios lindeiros dessa hidrelétrica); Programa Boa Esperança (municípios vizinhos da hidrelétrica Boa Esperança) e Programa Rio de Contas (municípios nas imediações das hidrelétricas Funil e Pedra).
- Programa Transmissão – atuação nas comunidades de municípios onde estão implantadas as subestações ou que são cortados por linhas de transmissão.
- Programa Regiões Metropolitanas – atuação em comunidades dos municípios das Regiões Metropolitanas do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, onde se situam as principais instalações da Companhia.

A maioria dos programas e projetos que a Chesf apoiou e que beneficiaram milhares de crianças, jovens e adultos de comunidades carentes tiveram o foco em: educação, capacitação e difusão do conhecimento; geração de trabalho e renda e desenvolvimento regional; complementação alimentar; promoção da saúde e cidadania.

A Chesf coordena projetos para o desenvolvimento regional alinhados a programas sociais do Governo Federal. O Programa Luz para Todos realizou 143.138 ligações que beneficiaram 715.690 pessoas no Nordeste.

Em Paulo Afonso/BA a Companhia oferece suporte ao funcionamento da Delegacia de Atendimento à Mulher. Empregados da Chesf têm assento no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no Comitê Gestor Estadual do Programa Luz para Todos, no Conselho Municipal do Meio Ambiente, no Conselho Municipal do Turismo e na Comissão de Gerenciamento de Crise Regional.

A Companhia mantém o Hospital Nair Alves de Souza, em convênio com o SUS. Em 2009, foram atendidas, aproximadamente, 86 mil pessoas, de 22 cidades de 4 estados do Nordeste.

As CIPA fazem campanhas internas três vezes ao ano para doação de sangue e de medula óssea, em parceria com hemocentros estaduais. A Companhia continuou participando ativamente da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, com realização de palestras para as comunidades e distribuição de peças da campanha para rádios comunitárias.

Sustentabilidade Ambiental

A Chesf adota uma gestão sistemática dos impactos e das questões ambientais decorrentes de seus ativos de geração e de transmissão, bem como de processos de armazenagem e de movimentação de produtos perigosos, tendo destinado, em 2009, R\$ 15,6 milhões para programas que visam à preservação do meio ambiente.

Na área de geração, todos os empreendimentos possuem licença de operação. As usinas Pedra e Funil, na Bahia, Boa Esperança, no Piauí, e Araras, no Ceará encontram-se em processo de renovação das licenças.

Mais de 30 programas socioambientais estão em curso, direcionados para recuperação de áreas degradadas, levantamento e monitoramento ambiental, saúde e educação ambiental e resgate arqueológico.

Em 2009, foi concluído o Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Reservatório de Sobradinho, registrando-se a ocorrência e distribuição de mais de 400 espécies da fauna e flora aquáticas, e os Planos Ambientais de Conservação e Uso dos Reservatórios de Boa Esperança e do Complexo Paulo Afonso. Na área de novos aproveitamentos hidrelétricos, a Chesf elaborou os Estudos de Impacto Ambiental para Aproveitamentos Hidrelétricos no Rio Parnaíba (Ribeiro Gonçalves, Uruçuí, Cachoeira, Estreito e Castelhana) e do Rio São Francisco (Riacho Seco).

Dentre os programas socioambientais vinculados aos empreendimentos de geração da Chesf, merece destaque o Programa de Capacitação de Pescadores e Filhos de Pescadores na região do Baixo São Francisco, que atuou junto a 600 pescadores e suas famílias e o Plano de Ação Socioambiental (PAS), no entorno das usinas do Complexo Paulo Afonso, que desenvolve um modelo de Educação e Comunicação Ambiental permanente junto às comunidades, envolvendo nessa fase cerca de 450 lideranças comunitárias, secretarias municipais, escolas, agentes de saúde, comunidades indígenas e outras.

A Chesf apoiou o Programa Nacional de Revitalização do São Francisco, executando ações de Recomposição de Matas Ciliares, com o plantio de 600.000 mudas e de Manejo e Conservação dos espécimes de peixe da região, com a soltura de cerca de 1.350.000 alevinos de espécies nativas realizados em diversos municípios e reservatórios do Submédio São Francisco.

Todos os empreendimentos de transmissão da Chesf estão licenciados ou em processo de renovação e regularização tendo sido atendidas 472 condicionantes contemplando programas de levantamento e monitoramento de fauna e de flora, estudos arqueológicos, entre outros.

A Chesf localizou e deu início ao processo de resgate de urnas funerárias indígenas na região do município de Pilões na Paraíba, em terreno destinado a construção de subestação.

No ano de 2009 foram concluídos os seguintes Programas de Comunicação Ambiental para novos empreendimentos de transmissão da Chesf: linhas de transmissão 230 kV Funil/Itapebi e Ibicoara/Brumado, na Bahia; Paraíso/Açu, no Rio Grande do Norte; Milagres/Coremas, no Ceará e Paraíba; e Jardim/Penedo, em Sergipe e Bahia. Esses programas envolveram Secretarias de Educação e Saúde dos municípios, organizações sociais, lideranças e comunidades ao longo das faixas de passagem das linhas.

Ações emergenciais de Educação e Comunicação Ambiental, com foco em queimadas, foram implementadas nas linhas de transmissão mais críticas dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, envolvendo 793 km de extensão de linhas de transmissão, 1.300 famílias, além de escolas próximas, lideranças comunitárias, prefeituras, associações e outras representações. Essas ações contaram com a participação de representações do Ibama/Prevfogo dos estados envolvidos. Como resultado, não foi registrado nenhum desligamento dessas linhas por questão de queimadas até o final de 2009.

Em relação à compensação ambiental, a Chesf passou a depositar recursos diretamente em conta específica do fundo de compensação ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) tendo assinado o primeiro termo de compromisso referente à compensação ambiental da linha de transmissão Milagres/Coremas. Contudo, a Chesf deu prosseguimento ao atendimento das Medidas Compensatórias de execução direta, relativas à elaboração dos Planos de Manejo para a Reserva Biológica de Santa Isabel, em Sergipe e a de Serra Negra, em Pernambuco.

Com relação à área de produtos perigosos, a Chesf possui todas as suas instalações licenciadas e com as respectivas condicionantes atendidas. Esses licenciamentos incluem os Depósitos de Guarda Temporária de Ascarel e a Estação de Tratamento de Óleo do Bongü.

Em 2009, a Chesf não foi multada por violação de normas de proteção ambiental, ressaltando-se que não há qualquer restrição às atividades operacionais da Companhia.

Programa do Reassentamento de Itaparica

A Chesf investiu R\$ 145,8 milhões no Reassentamento de Itaparica, em obras, serviços, aquisição de equipamentos, assistência ao reassentado e ao processo de produção agrícola, programas ambientais, indenizações à comunidade indígena Tuxá, indenizações de terras para o Projeto Jusante (Glória/BA) e a regularização fundiária das áreas adquiridas.

No Projeto Jusante foram concluídas as obras do sistema adutor de recalque dos reservatórios de acumulação e da montagem eletromecânica dos equipamentos, estando na fase final a licitação das obras do sistema adutor de gravidade. Iniciadas as obras da última fase de implantação do Projeto Barreiras Bloco 2 (Tacaratu/PE), com a implantação da rede parcelar dos lotes irrigados e do sistema viário.

O Projeto Itacoatiara (Rodelas/BA) teve concluída a instalação da rede elétrica e ligação das 86 unidades consumidoras localizadas nas glebas transferidas aos seus beneficiários, o que permitirá a exploração daquelas terras ribeirinhas com métodos tradicionais de irrigação a serem por eles próprios instalados. Foi iniciada a recuperação do sistema de abastecimento d'água potável às agrovilas, e a licitação para implantação da estrada de acesso às glebas integrantes do projeto.

Com relação ao reassentamento da Comunidade Indígena Tuxá, foi encerrado o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado em 2004 com o Ministério Público Federal, a União Federal, Comunidades Indígenas Tuxá, Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com o pagamento da última parcela do acordo indenizatório nele previsto.

Prossegue a gestão dos perímetros irrigados, a cargo da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf de conformidade com o Termo de Cooperação firmado em março de 2007, prosseguindo as ações de assistência aos irrigantes, como os serviços de operação e manutenção da infraestrutura pública de irrigação, e dos serviços de assistência técnica e extensão rural – ATER. Assim, foi dado andamento aos trabalhos de modernização das instalações dos perímetros irrigados e da implantação de drenagem agrícola, de modo a permitir boas condições de produtividade das áreas irrigadas durante a vida útil daqueles perímetros. No campo administrativo, foi dada sequência no inventário dos bens que integram a infraestrutura de irrigação de uso comum dos perímetros irrigados, objetivando o processo de transferência para a Codevasf.

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

Os principais indicadores que representam a responsabilidade corporativa e socioambiental da Chesf são demonstrados a seguir:

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e Distribuição de Riqueza		Em 2009:			Em 2008:		
Distribuição do Valor Adicionado		37,3% governo 22,9% acionistas			27,0% empregados 12,8% financiadores		
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.		33,2% governo 36,3% acionistas			13,6% empregados 16,9% financiadores		
2 - RECURSOS HUMANOS		Em 2009:			Em 2008:		
2.1 - Remuneração							
Folha de pagamento bruta (FPB)		530.349			448.939		
- Empregados		528.225			447.009		
- Administradores		2.124			1.930		
Relação entre a maior e a menor remuneração:							
- Empregados		20,7			23,1		
- Administradores		10			10		
2.2 - Benefícios Concedidos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais		138.114	26,0%	3,3%	112.402	25,0%	2,3%
Alimentação		37.196	7,0%	0,9%	34.578	7,7%	0,7%
Transporte		665	0,1%	0,0%	591	0,1%	0,0%
Previdência privada		43.269	8,2%	1,0%	33.988	7,6%	0,7%
Saúde		45.594	8,6%	1,1%	40.180	8,9%	0,8%
Segurança e medicina do trabalho		2.585	0,5%	0,1%	2.484	0,6%	0,1%
Educação e Creche		10.030	1,9%	0,2%	8.695	1,9%	0,2%
Cultura		-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional		6.527	1,2%	0,2%	6.972	1,6%	0,1%
Participação nos lucros ou resultados		72.145	13,6%	1,7%	60.652	13,5%	1,3%
Total		356.125	67,1%	8,4%	300.542	66,9%	6,2%
2.3 - Composição do Corpo Funcional							
Nº de empregados no final do exercício		5.635			5.535		
Nº de admissões		229			109		
Nº de demissões		129			80		
Nº de estagiários no final do exercício		206			-		
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício		48			56		
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício		-			-		
Nº de empregados por sexo:							
- Masculino		4.485			4.398		
- Feminino		1.150			1.137		
Nº de empregados por faixa etária:							
- Menores de 18 anos		-			-		
- De 18 a 35 anos		954			881		
- De 36 a 60 anos		4.281			4.336		
- Acima de 60 anos		400			318		
Nº de empregados por nível de escolaridade:							
- Analfabetos		-			0		
- Com ensino fundamental		994			1.020		
- Com ensino médio		441			434		
- Com ensino técnico		2.162			2.142		
- Com ensino superior		1.866			1.767		
- Pós-graduados		172			172		
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:							
- Masculino		84,0%			84,8%		
- Feminino		16,0%			15,2%		
2.4 - Contingências e Passivos Trabalhistas:							
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade		643			810		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes		374			278		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes		423			162		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça		-			6.024		
3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a comunidade							
Total dos investimentos em:							
Educação		2.253	0,2%	0,1%	4.398	0,3%	0,1%
Cultura		8.664	0,9%	0,2%	6.221	0,4%	0,1%
Saúde e infra-estrutura		17.300	1,8%	0,4%	13.124	0,8%	0,3%
Esporte e lazer		1.084	0,1%	0,0%	1.155	0,1%	0,0%
Alimentação		15	0,0%	0,0%	604	0,0%	0,0%
Geração de trabalho e renda		4.724	0,5%	0,1%	4.436	0,3%	0,1%
Reassentamento de famílias		145.764	15,0%	3,4%	134.086	7,9%	2,8%
Total dos investimentos		179.804	18,6%	4,2%	164.024	9,6%	3,4%
Tributos (excluídos encargos sociais)		611.719	63,1%	14,4%	706.544	41,5%	14,6%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		210.061	21,7%	5,0%	164.794	9,7%	3,4%
Total - Relacionamento com a comunidade		1.001.584	103,3%	23,6%	1.035.362	60,8%	21,5%
3.2 - Interação com os Fornecedores		São exigidos controles sobre:					
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores		Riscos ambientais, condições ambientais de trabalho, controle médico de saúde ambiental, prática de trabalho noturno ou insalubre de menores de 18 anos.					

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CNPJ nº 33.541.368/0001-16 – Companhia Aberta

4 - Interação com o Meio Ambiente	Em 2009			Em 2008		
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	10.914	1,1%	0,3%	10.675	0,6%	0,2%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	1.905	0,2%	0,0%	2.689	0,2%	0,1%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	-	0,0%	0,0%	66	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	933	0,1%	0,0%	1.240	0,1%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	1.916	0,2%	0,0%	741	0,0%	0,0%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	0,0%	0,0%	5	0,0%	0,0%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total da Interação com o meio ambiente	15.668	1,6%	0,4%	15.411	0,9%	0,3%
5 - Outras informações	2009			2008		
Receita Líquida (RL)	4.242.613			4.826.300		
Resultado Operacional (RO)	969.247			1.702.619		

Recife, 11 de março de 2010

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de reais)

	2009	2008 (Reclassificado)
ATIVO		
CIRCULANTE		
Numerário disponível	4.946	9.292
Aplicações no mercado aberto - nota 5	791.212	886.998
Consumidores, concessionárias e permissionárias - nota 6	725.005	781.126
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota 6	(77.875)	(499)
Tributos e contribuições a recuperar - nota 7	10.882	72.103
Estoques - nota 8	75.325	74.392
Créditos fiscais - nota 9	58.184	31.000
Serviços em curso	145.048	104.937
Outros - nota 10	73.452	90.973
	1.806.179	2.050.322
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Consumidores, concessionárias e permissionárias - nota 6	34.934	74.145
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota 6	(3.455)	(5.231)
Tributos e contribuições a recuperar - nota 7	10.672	8.934
Bens e direitos destinados a alienação	11.559	11.559
Cauções e depósitos vinculados	31.547	-
Créditos fiscais - nota 9	242.234	116.732
Outros - nota 10	11.722	6.431
	339.213	212.570
Investimentos - nota 11	429.809	250.344
Imobilizado - nota 12	16.325.441	16.214.918
Intangível - nota 13	31.710	32.048
	17.126.173	16.709.880
TOTAL DO ATIVO	18.932.352	18.760.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CIRCULANTE

	2009	2008 (Reclassificado)
Fornecedores - nota 14	259.558	198.246
Folha de pagamento	28.145	8.363
Tributos e contribuições sociais - nota 15	249.022	107.178
Empréstimos e financiamentos - nota 16	114.417	468.487
Encargos de dívidas - nota 16	5.860	9.516
Participação nos lucros ou resultados - nota 27	72.145	61.143
Remuneração aos acionistas - nota 28	591.696	544.893
Obrigações estimadas	95.893	78.949
Entidade de previdência privada - nota 18	101.328	273.720
Incentivo ao desligamento - PDVP - nota 19	14.898	-
Pesquisa e Desenvolvimento	54.285	69.765
Encargos do consumidor a recolher	57.802	19.049
Outros - nota 17	63.770	85.242
	1.708.819	1.924.551

NÃO CIRCULANTE

Tributos e contribuições sociais - nota 15	21.053	45.592
Empréstimos e financiamentos - nota 16	543.169	3.307.765
Entidade de previdência privada - nota 18	95.585	125.100
Incentivo ao desligamento - PDVP - nota 19	259.220	-
Pesquisa e Desenvolvimento	120.470	106.187
Encargos do consumidor a recolher	15.109	54.539
Provisões para contingências - nota 20	411.113	415.434
Outros - nota 17	89.625	7.884
	1.555.344	4.062.501

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - nota 21	4.539.557	4.196.306
Reservas de capital - nota 21	4.916.199	4.916.199
Reservas de lucros - nota 21	3.195.703	3.366.249
Ajustes de avaliação patrimonial - Coligadas	(1.320)	-
	12.650.139	12.478.754
Recursos destinados a aumento de capital - nota 21	3.018.050	294.396
	15.668.189	12.773.150
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.932.352	18.760.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

	2009	2008 (Reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia elétrica - nota 22	775.272	752.897
Suprimento de energia elétrica - nota 22	2.678.711	2.883.454
Disponibilização do sistema de transmissão - nota 22	1.286.137	1.208.308
Energia elétrica de curto prazo (CCEE) - nota 22	255.783	786.796
Outras receitas operacionais	8.959	8.912
	5.004.862	5.640.367
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
Reserva Global de Reversão – RGR - nota 23	(116.780)	(144.382)
ICMS sobre energia elétrica	(88.905)	(90.941)
Imposto Sobre Serviços – ISS	(431)	(404)
Pesquisa e Desenvolvimento - nota 23	(42.595)	(48.260)
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC - nota 23	(68.749)	(79.180)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE - nota 23	(17.029)	(18.994)
Proinfra - nota 23	(41.213)	(25.281)
Pis/Pasep	(68.941)	(72.514)
Cofins	(317.606)	(334.111)
	(762.249)	(814.067)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.242.613	4.826.300
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA - nota 24		
Custo com energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda	-	(43.236)
Encargos de uso da rede elétrica	(751.680)	(665.257)
Custo de operação		
Pessoal	(234.330)	(205.351)
Material	(8.847)	(11.358)
Combustíveis para a produção de energia	(7.242)	(335.281)
Serviço de terceiros	(44.632)	(47.381)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - nota 23	(210.061)	(164.794)
Depreciação e amortização	(554.141)	(546.465)
Outras	14.449	29.422
	(1.796.484)	(1.989.701)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS - nota 24	(11)	(392)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	2.446.118	2.836.207
DESPESAS OPERACIONAIS - nota 24	(1.267.655)	(620.842)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.178.463	2.215.365
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA		
Renda de aplicações financeiras	77.778	76.854
Variação monetária e acréscimos moratórios - energia vendida	31.731	70.272
Outras variações monetárias ativas	2.639	2.492
Outras receitas financeiras	79.238	29.965
Pis/Pasep e Cofins	(606)	(608)
Encargos de dívidas	(430.091)	(487.669)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	53.017	(83.363)
Outras variações monetárias passivas	12.828	(48.889)
Outras despesas financeiras	(40.438)	(24.033)
	(213.904)	(464.979)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)		
Receitas	10.481	1.690
Despesas	(5.793)	(49.457)
	4.688	(47.767)
RESULTADO OPERACIONAL	969.247	1.702.619
Contribuição social - nota 25	(79.984)	(146.282)
Imposto de renda - nota 25	(215.884)	(401.645)
Incentivos fiscais - nota 26	163.153	343.251
Lucro antes das participações	836.532	1.497.943
Participação nos lucros ou resultados - nota 27	(72.145)	(60.652)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	764.387	1.437.291
Lucro líquido por ação (R\$)	18,33	34,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL SUBSCRITO/ REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE LUCROS					LUCROS ACUMULADOS	RECURSOS DEST. A AUM. DE CAPITAL	TOTAL
				LUCROS A REALIZAR	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	RETENÇÃO DE LUCROS	INCENTIVOS FISCAIS			
SALDO EM 31/12/2007	1.696.306	7.416.199	-	506.021	265.214	8.179	1.679.689	-	-	294.396	11.866.004
Aumento de capital	2.500.000	(2.500.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes iniciais decorrentes da Lei nº 11.638/2007	-	-	-	-	-	-	-	-	14.730	-	14.730
Realização de reservas de lucros	-	-	-	(20.952)	-	-	-	-	20.952	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.437.291	-	1.437.291
Destinação:											
Reserva legal	-	-	-	-	54.702	-	-	-	(54.702)	-	-
Dividendos propostos - nota 28	-	-	-	-	-	-	-	-	(544.875)	-	(544.875)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	530.145	-	(530.145)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	343.251	(343.251)	-	-
SALDO EM 31/12/2008	4.196.306	4.916.199	-	485.069	319.916	8.179	2.209.834	343.251	-	294.396	12.773.150
Aumento de capital	343.251	-	-	-	-	-	-	(343.251)	-	-	-
Realização de reservas de lucros	-	-	-	(20.510)	-	-	-	-	20.510	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial – Coligadas	-	-	(1.320)	-	-	-	-	-	-	-	(1.320)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.723.654	2.723.654
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	764.387	-	764.387
Destinação:											
Reserva legal	-	-	-	-	30.062	-	-	-	(30.062)	-	-
Dividendos propostos – nota 28	-	-	-	-	-	-	-	-	(591.682)	-	(591.682)
Reserva de incentivos fiscais (*)	-	-	-	-	-	-	-	163.153	(163.153)	-	-
SALDO EM 31/12/2009	4.539.557	4.916.199	(1.320)	464.559	349.978	8.179	2.209.834	163.153	-	3.018.050	15.668.189

(*) Considerando o estabelecido no art. 195-A da Lei nº 6.404/1976, incluído pela Lei nº 11.638/2007, a parcela do lucro líquido do exercício decorrente de incentivos fiscais foi destinada à constituição da reserva de lucro denominada Reserva de incentivos fiscais.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

	2009	2008 (Reclassificado)
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	969.247	1.702.619
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	620.440	603.403
Variações monetária e cambial (líquidas)	(68.686)	104.660
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(128.647)	(36.154)
Equivalência patrimonial - nota 11	(18.452)	(16.467)
Energia livre - nota 33	(1.939)	(11.839)
Provisão para contingências	51.522	89.714
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	75.600	(199.797)
Atualização de depósitos judiciais	(35.503)	-
Passivo regulatório da transmissão	(302)	(5.470)
Encargos financeiros	430.091	487.669
Incentivo ao desligamento – PDVP	274.118	-
Entidade de previdência privada – ajuste atuarial	131.151	(18.878)
Participações nos lucros ou resultados	72.145	60.652
Outras	253	24.069
	2.371.038	2.784.181
Encargos financeiros pagos a acionistas e partes relacionadas	(363.845)	(472.156)
Encargos financeiros pagos a instituições financeiras e outras	(39.515)	(42.615)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(146.300)	(294.944)
Pagamento de participações nos lucros ou resultados	(61.143)	(54.013)
Depósitos vinculados a litígios	(36.381)	(11.361)
Variações nos Ativos e Passivos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	95.332	310.831
Estoques	(933)	(3.326)
Tributos e contribuições sociais	185.822	(87.668)
Adiantamentos a empregados	9.340	(17.009)
Cauções e depósitos vinculados	(23.547)	40.061
Créditos fiscais	(24.039)	109.778
Serviços em curso	(40.111)	(20.389)
Alienação de ativos - Projeto Biomassa	(7.218)	-
Fornecedores	61.312	(65.680)
Obrigações estimadas	16.944	7.475
Encargos do consumidor a recolher	(677)	27.266
Pesquisa e Desenvolvimento	(1.197)	4.547
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	4.459	(3.283)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.041	1.012
TAC Comunidade Tuxá – Itaparica	(25.724)	-
Outros ativos e passivos operacionais	(25.824)	6.281
	(407.204)	(565.193)
Total das atividades operacionais	1.963.834	2.218.988
Atividades de investimentos		
Aplicações nos Ativos Imobilizado e Intangível	(731.820)	(581.644)
Participações societárias permanentes	(161.475)	(82.597)
Bens e direitos para uso futuro	(600)	(1.418)
Baixas dos Ativos Imobilizado e Intangível	16.355	20.388
Outros	(554)	(1.338)
	(878.094)	(646.609)
Atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	112.467	159.456
Pagamentos de parcelas de C. P. de emprést. e financiamentos de natureza de L.P	(452.315)	(978.773)
Remuneração paga aos acionistas	(565.178)	(248.236)
Pagamentos à entidade de previdência privada	(280.846)	(194.001)
Outros	-	11.365
	(1.185.872)	(1.250.189)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA	(100.132)	322.190
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	896.290	574.100
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	796.158	896.290
VARIAÇÃO NO CAIXA	(100.132)	322.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(valores expressos em milhares de reais)

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Receitas

Venda de energia elétrica, transmissão e outras	5.009.408	5.592.460
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(75.600)	199.798
Perdas – Consumidores/Concessionárias e Energia livre	(96.206)	(210.940)

2009

2008

5.009.408

5.592.460

(75.600)

199.798

(96.206)

(210.940)

4.837.602

5.581.318

(-) Insumos adquiridos de terceiros

Material	24.267	26.971
Combustíveis para a produção de energia	7.242	335.281
Serviço de terceiros	136.831	133.185
Energia elétrica comprada para revenda	-	43.236
Encargos de uso da rede elétrica	751.680	665.257
Outros	150.576	23.532

24.267

26.971

7.242

335.281

136.831

133.185

-

43.236

751.680

665.257

150.576

23.532

1.070.596

1.227.462

(=) Valor Adicionado Bruto

3.767.006

4.353.856

(-) Retenções

Quotas de reintegração (Depreciação e Amortização)	620.440	603.403
--	---------	---------

620.440

603.403

(=) Valor Adicionado Líquido

3.146.566

3.750.453

(+) Valor adicionado transferido

Resultado de equivalência patrimonial	18.452	16.467
Dividendos e juros sobre o capital próprio	7.124	7.470
Aluguéis	142	140
Receitas financeiras	165.810	155.646

18.452

16.467

7.124

7.470

142

140

165.810

155.646

191.528

179.723

(=) Valor Adicionado a Distribuir

3.338.094

3.930.176

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Pessoal:

Salários/benefícios/FGTS	483.543	414.456
Incentivo a aposentadoria e demissão voluntária – PDVP	274.166	-
Participação nos lucros ou resultados	72.145	60.652
Honorários da diretoria	1.836	1.700
Provisões para contingências trabalhistas/indenizações trabalhistas	26.349	21.546
Entidade de previdência privada – contribuições normais	43.269	33.988

483.543

414.456

274.166

-

72.145

60.652

1.836

1.700

26.349

21.546

43.269

33.988

901.308

532.342

Governos:

Encargos sociais vinculados à folha de pagamento	107.847	88.711
Tributos líquidos de incentivos fiscais	611.719	706.544
Encargos regulatórios - nota 23	526.857	502.724

107.847

88.711

611.719

706.544

526.857

502.724

1.246.423

1.297.979

Financiadores:

Encargos financeiros, variação monetária e outros	307.220	485.200
Eletrobrás	97.464	158.374
Outros financiadores	21.292	18.990

307.220

485.200

97.464

158.374

21.292

18.990

425.976

662.564

Acionistas:

Dividendos - nota 28	591.682	544.875
Lucros retidos	172.705	892.416

591.682

544.875

172.705

892.416

764.387

1.437.291

3.338.094

3.930.176

Valor adicionado médio por empregado

592

710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro de San Martin, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma empresa de economia mista de capital aberto, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobrás, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica. A partir do exercício de 2002, com a liberação gradual dos seus contratos de suprimento - contratos iniciais - à razão de 25% ao ano, de acordo com a Lei nº 9.648, de 27/05/1998, a Companhia, que até então tinha o seu mercado limitado à Região Nordeste, passou a ter penetração nacional, com atendimento às demandas das demais regiões do País, tendo hoje como principais compradoras as regiões Sudeste e Nordeste.

As operações da Companhia com a geração de energia contam com 14 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.615 MW. A transmissão de energia é realizada por um sistema composto de 83 subestações de transmissão, 15 subestações elevadoras e de 18.588 quilômetros de linhas de alta tensão.

A comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia elétrica, realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre as energias geradas e as vendidas na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

A atividade de Transmissão e a consequente Receita Anual Permitida - RAP, estipulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, cujo montante é anualmente reajustado, é suportada por Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST e Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão – CCT, todos vinculados ao Contrato de Concessão de Transmissão. As autorizações concedidas pela ANEEL, por meio de resoluções, para novos empreendimentos, caracterizadas como Receita de Novos Investimentos - RBNI, estarão sujeitas a uma revisão tarifária a cada 4 anos com o objetivo de promover a eficiência e a modicidade tarifária. As demais instalações existentes quando da determinação do contrato de concessão, definidas como Receita de Rede Básica dos Serviços Existentes - RBSE têm a sua receita fixada e reajustada anualmente até o final da concessão, estabelecido para julho de 2015. Adicionando-se ao contrato de concessão existente, a Chesf vem assinando novos contratos de concessão para a prestação dos serviços de transmissão na Rede Básica, decorrentes de leilões de transmissão promovidos pela ANEEL. A receita obtida nesses leilões de transmissão é reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão - 30 anos - e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada 4 anos.

A Companhia reconhece como receita no resultado a RAP, ajustada mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio de avisos de créditos que servem de base à emissão das faturas aos usuários de suas linhas de transmissão.

Do total da RAP, 11%, equivalentes a R\$ 131.159 (R\$ 100.357, ativos autorizados, R\$ 30.802, ativos licitados) correspondem a instalações cuja RAP é composta de 2 (dois) patamares de receita: para os primeiros 15 anos do período de concessão, 100%, e a partir do 16º ano, 50%.

Cabe ressaltar que, na Revisão Tarifária Periódica das Transmissoras, a agência reguladora, ANEEL, em sua última revisão das receitas autorizadas, transformou as receitas ditas em 2 (dois) patamares, em patamar único. Esta revisão tratou dos ativos autorizados da Companhia até 2005, porém, aplicada a partir de julho 2007.

Assim, espera-se que os valores das receitas autorizadas em 2 patamares, R\$ 100.357, sejam convertidos para patamar único na próxima Revisão Tarifária Periódica das Transmissoras que ocorrerá em 2010.

A partir de 01 de março de 1999, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pela Resolução nº 351/1998, da ANEEL, assumiu o controle e a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nesse contexto, as usinas e a rede básica de transmissão da Companhia estão sob a coordenação operacional, supervisão e controle da referida sociedade.

2 - DAS CONCESSÕES

A Companhia detém as seguintes concessões e permissões:

CONCESSÕES/ PERMISSÕES	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Utilizada Em 2009 (MW médio/ano)	Data da Concessão/ Permissão	Data de Vencimento
USINAS					
Hidrelétricas					
Paulo Afonso I	São Francisco	180,001	102,047	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso II	São Francisco	443,000	185,753	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso III	São Francisco	794,200	216,150	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400	1.322,434	03/10/1945	02/10/2015
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000	126,837	03/10/1945	02/10/2015
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600	904,778	03/10/1945	03/10/2015
Xingo	São Francisco	3.162,000	2.180,841	03/10/1945	02/10/2015
Piloto	São Francisco	2,000	-	16/02/1949	07/07/2015
Araras	Acaraú	4,000	-	29/08/1958	07/07/2015
Funil	de Contas	30,000	11,664	25/08/1961	07/07/2015
Pedra	de Contas	20,007	5,785	25/08/1961	07/07/2015
Boa Esperança (Castelo Branco)	Parnaíba	237,300	157,458	11/10/1965	10/10/2015
Sobradinho	São Francisco	1.050,300	485,800	10/02/1972	09/02/2022
Curemas	Piancó	3,520	1,271	26/11/1974	25/11/2024
Termelétrica					
Camaçari	-	346,803	1,922	11/08/1977	10/08/2027

SISTEMA DE TRANSMISSÃO

Contrato de Concessão nº 061/2001 – ANEEL:

Em serviço:

- 83 subestações de transmissão, 15 subestações elevadoras e 18.260 km de linhas de alta tensão.

29/06/2001 07/07/2015

Contratos obtidos por meio de Leilões da ANEEL:

Em serviço:

- Linha de transmissão Milagres/Tauá (CE), em 230 kV, com extensão de 208 km.
- Linha de transmissão Milagres/Coremas (CE/PB), em 230 kV, com extensão de 120 km.

04/03/2005 03/03/2035

04/03/2005 03/03/2035

Em construção:

- Linha de transmissão Funil/Itapebi (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 198 km.
- Linha de transmissão Ibicoara/Brumado (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 95 km e Subestação Ibicoara em 500/230 kV(PE)
- Linha de transmissão Picos/Tauá (PI/CE), em 230 kV, com extensão aproximada de 183,2 km.
- Linha de transmissão Paraíso/Açu II (RN), em 230 kV, com extensão aproximada de 135 km.
- Linha de transmissão Jardim/Penedo (SE/AL), em 230 kV, com extensão aproximada de 110 km.
- Linha de transmissão Eunápolis/Teixeira de Freitas II, circuito 1 (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 152 km e Subestação Teixeira de Freitas II, em 230/138 kV (BA).
- Subestações Suape II, em 500/230 kV e Suape III, em 230/69 kV (PE)
- Linha de transmissão Eunápolis/Teixeira de Freitas II, circuito 2 (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 152 km.
- Linhas de transmissão Pau Ferro/Santa Rita II (PE/PB), em 230kV, com extensão aproximada de 96,7 km e Paulo Afonso III/Zebu (AL), em 230kV, com extensão aproximada de 6 km; e Subestações Santa Rita II, em 230/69kV (PB); Zebu, em 230/69kV (AL); e Natal III, em 230/69kV (RN).

20/04/2007 20/04/2037

14/06/2007 14/06/2037

14/06/2007 14/06/2037

14/06/2007 14/06/2037

17/03/2008 17/03/2038

16/10/2008 16/10/2038

28/01/2009 28/01/2039

03/08/2009 03/08/2039

03/08/2009 03/08/2039

Obs.: Capacidade Utilizada corresponde à geração média, em MW, no período.

A capacidade instalada das usinas, que é sempre superior à sua produção, considera:

- a existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- a existência de períodos também em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva;
- que a produção das usinas hidráulicas depende ainda da disponibilidade hídrica do rio onde está localizada. Em períodos de maior hidraulicidade pode ser possível elevar a geração, bem como pode haver a necessidade de sua redução durante os períodos de escassez d'água, como ocorre nos períodos de racionamento de energia elétrica.

A produção das usinas do Sistema Chesf é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamento que vão desde o nível anual até os diário e horário, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define o montante e a origem da geração necessária para atender aos requisitos energéticos do País de forma otimizada, levando em conta as necessidades do mercado, as disponibilidades hídrica e de máquinas, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia por intermédio de um complexo sistema que interliga as diferentes regiões.

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a legislação societária e às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Desta forma, contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e regulamentações emanadas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia, conforme facultado pela Deliberação CVM nº 565/2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 13, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, passou a adotar o estipulado na Lei nº 11.638/2007 e na Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, adotando como data de transição o dia 1º de janeiro de 2008.

O CPC emitiu e a CVM aprovou ao longo do exercício de 2009 diversos pronunciamentos contábeis alinhados com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, com vigência para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2010 com aplicação retroativa a 2009, para fins de comparabilidade por ocasião das Demonstrações de 2010.

Dentre os pronunciamentos técnicos já emitidos que possam impactar as Demonstrações Contábeis, observa-se a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual estabelece os princípios gerais sobre o reconhecimento e a mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão. De acordo com a referida ICPC 01 a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário deve ser registrada pelo seu valor justo, correspondendo a direitos sobre um ativo financeiro e/ou ativo intangível.

Considerando a extensão e a complexidade das alterações objeto da mencionada ICPC, a Companhia está avaliando os seus reflexos nas suas Demonstrações Contábeis, ao tempo em que acompanha as discussões e debates a respeito, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores que, possivelmente, se manifestarão sobre a aplicação da ICPC 01, em determinados aspectos.

Neste momento, até que haja um maior esclarecimento sobre a aplicação prática da referida Instrução, a Companhia entende que não é possível avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas suas Demonstrações Contábeis.

Com relação a essa interpretação e aos demais pronunciamentos a serem aplicados a partir do exercício de 2010, a Eletrobrás, nossa Controladora, contratou consultoria especializada para apoio na avaliação e interpretação dessas normas.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 13 de março de 2010, com encaminhamento ao Conselho de Administração.

Para efeito de melhor apresentação e comparabilidade com o exercício atual, as colunas do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do exercício anterior foram reclassificadas, quando aplicável, conforme a seguir:

	2009	2008		
		Reclassificado	Ajuste	Publicado
Balanço Patrimonial				
Ativo Circulante				
Cauções e depósitos vinculados	-	-	(8.003)	8.003
Outros	73.452	90.973	8.003	82.970
Passivo Circulante				
Encargos do consumidor a recolher	57.802	19.049	19.049	-
Outros	63.770	85.242	(19.049)	104.291
Passivo Não Circulante				
Encargos do consumidor a recolher	15.109	54.539	54.539	-
Outros	89.625	7.884	(54.539)	62.423
Demonstração do Resultado				
Custo do Serviço de Energia Elétrica				
Custo de Operação				
Outras	14.449	29.422	(1.708)	31.130
Despesas Operacionais	(1.267.655)	(620.842)	1.708	(622.550)

4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

I - GERAIS

Efeitos inflacionários

- Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249/1995, estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições contratuais. As parcelas componentes dos Ativos Imobilizado e Intangível, Patrimônio Líquido e Obrigações vinculadas à Concessão estão atualizadas até 31 de dezembro de 1995, pela sistemática oficial de correção monetária até então vigente.

Estimativas

- Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para passivos contingentes, e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Ativos Circulante e Não Circulante

- As aplicações financeiras no mercado aberto estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço, apurados pelo critério *pro-rata temporis* que equivalem a seus valores de mercado;
- As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias, são decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência;
- A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber;

- Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço, sendo reconhecida eventual provisão para ajuste ao provável valor de realização;
- A classificação de instrumentos financeiros em determinada categoria deve ser feita no momento de seu registro. Na aplicação inicial da Lei nº 11.638/2007 é permitido classificar os instrumentos financeiros na data de transição. A Companhia aplica as regras de classificação e mensuração, previstas no Pronunciamento Técnico CPC 14;
- Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, bem como aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante/Imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização;
- Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e a contribuição social, incidentes sobre diferenças temporárias;
- As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas a fornecedores, estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço;
- Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço e os demais demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais provisões para perdas;
- Os investimentos em sociedades com influência significativa, ou com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte de um mesmo grupo, ou estejam sob controle comum, estão registrados pelo método da equivalência patrimonial, e os demais registrados pelo custo de aquisição, sendo os anteriores a 31 de dezembro de 1995 corrigidos monetariamente até aquela data;
- O Imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou de construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995; a depreciação é calculada pelo método linear. A partir de 1º de janeiro de 2007, a Companhia passou a adotar as taxas de depreciação estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 240, de 05/12/2006, as quais se situam entre 2% a.a. e 20% a.a.. Esta Resolução foi revogada e substituída pela Resolução ANEEL nº 367, de 02/06/2009, que incorporou a tabela de taxas anuais de depreciação ao Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE (nota 12);
- Parte dos gastos da administração central é mensalmente apropriada às imobilizações em curso, limitada a 10% dos gastos diretos com pessoal e serviços de terceiros registrados nessas obras;
- De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, o valor correspondente às Obrigações vinculadas à Concessão está sendo apresentado como redutor do Imobilizado (notas 12.a e 12.d);
- Em função do disposto na Instrução Contábil 6.3.10, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo (nota 12.c);
- Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, com origem em arrendamentos mercantis financeiros são, quando aplicáveis, registrados no Imobilizado em contrapartida de dívida de financiamento. Os ativos são sujeitos à depreciação observada a sua vida útil econômica estimada;
- Os gastos de natureza ambiental com ações e programas realizados até a liberação da primeira licença de operação são registrados no Imobilizado e os gastos realizados a partir de então passam a ser registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos (nota 37);
- No Intangível são reconhecidos os gastos inerentes à aquisição de *softwares* corporativos, deduzidos da amortização acumulada. Os gastos associados à manutenção dos *softwares* são reconhecidos, quando incorridos, como despesa do exercício (nota 13).

Passivos Circulante e Não Circulante

- Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço;
- As transações em moeda estrangeira, quando aplicáveis, são convertidas para reais pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações. Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. Os ganhos e as perdas decorrentes da flutuação cambial verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado do exercício;
- Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço;
- As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação futura, com probabilidade de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações contábeis, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados;
- Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído;
- Os custos associados a benefícios concedidos a empregados, incluindo o plano de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf, são reconhecidos à medida que as contribuições são incorridas. Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes, são registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000.

Patrimônio Líquido

- Os lucros a realizar decorrentes do saldo credor de correção monetária apropriados à reserva até 1995, são revertidos a Lucros Acumulados, proporcionalmente às baixas e depreciação do Imobilizado e às baixas e amortização do Intangível;
- Os recursos destinados a aumento de capital, desde que revestidos da característica de irreversibilidade, estão registrados neste grupamento.

Resultado

- É apurado pelo regime de competência e considera a constituição e a realização dos créditos fiscais no exercício e a redução do imposto de renda com origem no incentivo fiscal Sudene, calculado com base no lucro da exploração (nota 26);
- A escrituração das contas de resultado está de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído pela Resolução nº 370, da ANEEL, de 30/06/2009, com a segregação dos gastos e receitas por atividades de geração e transmissão, permitindo a apuração do resultado contábil de cada segmento (nota 31);
- A Receita Anual Permitida - RAP, é reconhecida no resultado com ajustes mensais realizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, por meio de avisos de crédito que servem de base à emissão das faturas aos usuários de suas linhas de transmissão;
- As receitas e despesas financeiras são compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos obtidos;
- Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, as variações cambiais são totalmente reconhecidas no resultado do exercício.

Demonstrações do Fluxo de Caixa – DFC e do Valor Adicionado - DVA

- A Companhia vem divulgando estas demonstrações em conformidade com as disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico;
- A DFC, estabelecida como obrigatória na Lei das S.A. por força da modificação introduzida pela Lei nº 11.638/2007, está regulada pelo Pronunciamento Técnico CPC 03. Este pronunciamento foi aprovado e tornado obrigatório pela Deliberação CVM nº 547/2008 e pela Resolução CFC nº 1.125/2008. A Companhia tem utilizado o método indireto para a evidênciação do Fluxo de Caixa das atividades operacionais;
- A DVA foi tornada obrigatória para as companhias abertas pela Lei nº 11.638/2007, mas o Pronunciamento Técnico CPC 09 recomenda a sua elaboração como parte das demonstrações contábeis para todas as sociedades que divulguem demonstrações contábeis. Este Pronunciamento foi aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 e pela Resolução CFC nº 1.138/2008.

Avaliação do valor recuperável de ativos

- Para avaliação do valor recuperável de seus ativos a Companhia adota os procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 01 (nota 12).

II - ESPECÍFICAS DO SETOR ELÉTRICO

Plano de Contas

- A Companhia adota o plano de contas, parte integrante do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 370, de 30/06/2009, o qual substituiu o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE.

Ativos e Passivos Regulatórios

- Tratam-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência de contratos de concessão, que têm como objetivos, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

- Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Companhia.

Reserva Global de Reversão - RGR

- Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, tendo a sua vigência estendida até 2010, por intermédio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3,0% da sua receita anual. Sua gestão fica a cargo da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA

- Instituído pela Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762/2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889/2004, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão, ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, ao aumento da participação de agentes no Setor Elétrico.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH

- Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério de Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia, e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A gestão da sua arrecadação fica a cargo da ANEEL. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: $CFURH = TAR \times GH \times 6,75\%$, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela ANEEL (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica.

Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC

- Criada pelo Decreto nº 73.102/1973 é paga mensalmente por todos os agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final. Tem como finalidade o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do País. Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL, para cada concessionária em função do seu mercado e podem variar em função da necessidade de uso das usinas termoeletricas. A partir do ano de 2008, restringe-se à cobertura de custos de geração termoeletrica dos sistemas isolados. Sua gestão está a cargo da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

- Criada pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço público de energia elétrica em todo o território nacional. Os recursos são provenientes: (i) dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público – UBP, estabelecidos nas concessões de geração; (ii) multas aplicadas pela ANEEL; e (iii) dos pagamentos de cotas anuais por parte de todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final no Sistema Interligado Nacional, com base nos valores da CCC dos sistemas interligados referentes ao ano de 2001, atualizados anualmente pelo crescimento do mercado e pelo IPCA. Sua gestão está a cargo do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobrás.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

- Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela ANEEL. Estão envolvidos com a sua gestão os Ministérios da Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, como também a ANEEL e os próprios agentes.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE

- Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários, permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos e sua gestão fica a cargo da ANEEL.

5 - APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2009	2008
<u>Aplicações no Mercado Aberto</u>					
BB-DTVM	Fundo Extra-mercado	-	98,57% do CDI	791.212	886.998
<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>					
Participações minoritárias	Ações	-	J.C.P/Dividendos	42	45
	Provisão para perdas			(6)	(8)
				36	37
Tesouro Nacional	NTN-Série P	09/07/2012	TR + 6% a.a.	344	330
	NTN-Série P	09/07/2014	TR + 6% a.a.	164	157
	NTN-Série P	28/12/2015	TR + 6% a.a.	304	291
				812	778
TOTAL				848	815
Circulante				36	37
Não Circulante				812	778

- Aplicações no Mercado Aberto

Neste grupamento estão contabilizadas as aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, junto à Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB-DTVM, nos termos da legislação específica para empresas estatais emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03/12/1973, e as instruções da Resolução nº 3.284, de 25/05/2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta.

- Títulos e Valores Mobiliários

As ações ordinárias e preferenciais representam, principalmente, participações minoritárias em empresas do Setor de Telecomunicações, estando ajustadas ao provável valor de realização e registradas no Ativo Circulante;

As Notas do Tesouro Nacional – NTN - Série P são provenientes da venda de títulos de ações representativos de participações minoritárias, depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, no âmbito do Decreto nº 1.068/1994, e encontram-se registradas no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo e classificadas como títulos mantidos até o vencimento.

6 - CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os créditos a receber, de curto e longo prazos, decorrentes da venda de energia e da disponibilização do sistema de transmissão, apresentam o seguinte perfil:

	A vencer	Vencidos			Total	
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	2009	2008
Consumidores industriais:						
Com. de energia – Contratos	63.297	4.396	51.524	55.920	119.217	191.839
Concessionárias e Permissionárias:						
Com. de energia – Contratos	425.042	1.034	32.277	33.311	458.353	495.722
Comercialização na CCEE	19.742	-	-	-	19.742	11.984
Energia Livre – ressarcimento (*)	15.961	-	-	-	15.961	20.938
Conexão ao sist. de transmissão	6.027	211	8.424	8.635	14.662	13.713
Disponibilização do sistema de transmissão	121.996	1.117	8.891	10.008	132.004	121.075
	652.065	6.758	101.116	107.874	759.939	855.271
Circulante					725.005	781.126
Não Circulante					34.934	74.145

• PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	2008	Transferência	Provisão	Reversão	2009
Consumidores industriais	-	-	(65.877)	-	(65.877)
Concessionárias e Permissionárias	-	-	(723)	-	(723)
Energia Livre (*)	(5.730)	-	(9.499)	499	(14.730)
	(5.730)	-	(76.099)	499	(81.330)
Circulante	(499)	(5.231)	(72.644)	499	(77.875)
Não Circulante	(5.231)	5.231	(3.455)	-	(3.455)

(*) nota 33

• CRÉDITOS RENEGOCIADOS

Parte dos créditos a receber antes relacionados, sofreu renegociação conforme a seguir:

Devedor	2009			2008
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cepisa	65.405	31.479	96.884	135.131
Libra S.A.	8.982	-	8.982	7.190
Rio Doce Manganês S.A.	88.531	-	88.531	84.980
	162.918	31.479	194.397	227.301
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.982)	-	(8.982)	-
(-) Redução provisória de crédito	(88.531)	-	(88.531)	-
	(97.513)	-	(97.513)	-
Total	65.405	31.479	96.884	227.301

Os créditos de energia renegociados têm as seguintes características:

- **Cepisa** – Termo de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 001/2007, datado de 01/07/2007, no montante de R\$ 121.569, pagável em 52 parcelas mensais, a partir de 03/09/2007. Este contrato consolida em um único documento, os seguintes compromissos firmados anteriormente:
 - a) Termo de Confissão de Dívida, datado de 19/12/2003, no montante de R\$ 80.083, pagável em 56 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2004, com base em percentual de arrecadação da receita, corrigidas pelo IGP-M mais juros de 1% a.a.;
 - b) Termo de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 016/2004, datado de 16/08/2004, no montante de R\$ 50.047, pagável em 36 meses, a partir de 25/06/2005, com correção pelo IGP-M mais juros de 1% a.m.;
 - c) Termo de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 018/2004, datado 07/10/2004, no montante de R\$ 8.637, pagável em 36 meses, a partir de 25/06/2005, corrigidos pelo IGP-M mais juros de 1% a.m..
- **Libra S.A.** – Termo de Confissão de Dívida firmado entre a Chesf e a Ligas do Brasil S.A. – Libra, datado de 01/09/2004, no montante de R\$ 3.423, com pagamento em 36 parcelas mensais, vencíveis a partir de 25/09/2004, corrigidas pela Selic, mais juros de 1% a.m.. As parcelas encontram-se vencidas desde novembro/2005, em fase de cobrança judicial por meio do Processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001, movido na Justiça Estadual de Pernambuco, na 24ª Vara Cível da capital. A Companhia registrou neste exercício provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores.
- **Rio Doce Manganês** – Instrumento Particular de Reconhecimento de Obrigações e Acordo para Pagamento, firmado entre a Chesf e a empresa SIBRA, atual Rio Doce Manganês S.A., datado de 30/06/1995, no montante de R\$ 21.915, com pagamento em 120 parcelas mensais, vencíveis a partir de 31/03/1997, corrigidas pelo IGP-M, mais juros de 6% a.a.. As parcelas encontram-se vencidas desde agosto/1998, em fase de cobrança judicial, por meio dos Processos nºs 9945/1999 e 14051/2002, movidos na Justiça Estadual da Bahia, na Comarca de Simões Filho. A Companhia registrou neste exercício redução provisória de créditos relativa a esses valores.

7 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2009			2008
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
IRPJ/CSLL	883	-	883	63.361
IR Fonte	82	-	82	390
Finsocial	1.525	10.672	12.197	10.210
Pis/Pasep	1.280	-	1.280	1.028
Cofins	5.898	-	5.898	4.735
Outros	1.214	-	1.214	1.313
	10.882	10.672	21.554	81.037

8 - ESTOQUES

	2009	2008
Matéria-prima p/produção de energia elétrica	1.990	5.767
Material:		
Almoxarifado	52.706	54.039
Transformação, fabricação e reparo de material	1.539	1.005
Emprestado	2	2
Destinado a alienação	13.576	8.956
Movimentação interna – investimento	2.424	1.056
	70.247	65.058
Compras em curso	1.985	2.051
Adiantamentos a fornecedores	1.103	1.516
Total	75.325	74.392

9 - CRÉDITOS FISCAIS

• Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social

A Companhia mantém reconhecidos contabilmente em seus Ativos Circulante e Não Circulante/Realizável a Longo Prazo, nos termos da Deliberação CVM nº 273, de 20/08/1998, e Instrução CVM nº 371, de 27/06/2002, créditos fiscais, no valor de R\$ 300.418, resultantes de diferenças temporárias conforme distribuição a seguir:

	2009	2008
Diferenças temporárias		
. Portaria DNAEE nº 250/1985 - efeito credor em 1994	88.010	93.477
. Provisões para contingências	251.879	215.150
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	81.330	5.729
. Provisão para perdas – estudos e projetos	42.039	44.684
. Programa de Desligamento Voluntário Programado	274.118	-
. Ajustes iniciais decorrentes da Lei nº 11.638/2007	-	289
. Participação nos Lucros ou Resultados	72.145	-
. Provisão Seguro de Vida – Avaliação Atuarial Deliberação CVM nº 371/2000	81.921	-
. Outras provisões	15.439	14.979
	906.881	374.308
Base negativa da contribuição social	-	320.890
	906.881	695.198
Créditos Fiscais		
. Imposto de renda sobre diferenças temporárias	226.720	93.577
. Contribuição social sobre diferenças temporárias	73.698	25.275
. Contribuição social sobre base negativa	-	28.880
	300.418	147.732
Circulante	58.184	31.000
Não Circulante	242.234	116.732

Tais efeitos tributários contemplam a aplicação da alíquota de 9%, para a contribuição social, e alíquota adicional de 10%, além da alíquota de 15% sobre a base de cálculo do imposto de renda, em conformidade com a Lei nº 9.430, de 30/12/1996.

Os créditos fiscais correspondentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre a base negativa tiveram, neste exercício, a utilização do saldo de R\$ 28.880.

Os créditos fiscais, relativos a Imposto de renda e Contribuição social sobre o Lucro Líquido, provenientes de diferenças temporárias – provisões para contingências, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas – estudos e projetos, participações nos lucros ou resultados, programa de desligamento voluntário programado, provisão para seguro de vida e efeitos inflacionários registrados no Ativo Imobilizado, Portaria DNAEE nº 250/1985, no montante de R\$ 300.418 – R\$ 58.184, no Ativo Circulante, e R\$ 242.234, no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo - serão realizados de acordo com o desfecho das ações judiciais, com o ressarcimento de energia livre e a arrecadação de consumidores e concessionários, conclusão ou destinação dos estudos e projetos, pagamentos aos funcionários, desligamentos e desistências, reconhecimento do prêmio de seguro e com a realização do Ativo Imobilizado, respectivamente.

- **PIS/PASEP E COFINS - INCONSTITUCIONALIDADE**

O Supremo Tribunal Federal – STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do Pis/Pasep e da Cofins e deu novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica independentemente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

A Companhia possui crédito fiscal potencial de Pis/Pasep, não reconhecido contabilmente no ativo, relativo ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, e de Cofins, relativo ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, que, atualizados até o final deste exercício correspondem, respectivamente, a R\$ 19.604 e R\$ 137.041, no total de R\$ 156.645.

Com base no Código Tributário Nacional – CTN, a Companhia ingressou, em junho/2005, com recurso administrativo na Receita Federal do Brasil com o fim de obter o reconhecimento do direito e a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, pelo STF.

Com o indeferimento do citado recurso pela Receita Federal do Brasil, a Companhia ingressou com ações judiciais ordinárias para a recuperação desses créditos de Pis/Pasep e da Cofins tendo obtido julgamento favorável em primeira instância. As ações encontram-se, atualmente, em fase de Recursos Especial e Extraordinário, pendentes de apreciação pelos Tribunais Superiores.

- **REGIME TRIBUTÁRIO DE TRANSIÇÃO**

A Companhia optou pelo Regime Tributário Transitório – RTT, instituído pela Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, do PIS/PASEP e da COFINS, para o biênio 2008 – 2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes até 31 de dezembro de 2007. Desta forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas advindas da Lei nº 11.638/2007 e das normas antes mencionadas, foram registrados nestas Demonstrações contábeis, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371/2002.

Este regime terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais das novas práticas contábeis, buscando a neutralidade tributária.

10 - OUTROS ATIVOS

	2009			2008 (Reclassificado)
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos a empregados	16.738	-	16.738	26.078
Títulos e valores mobiliários	36	812	848	815
Cauções e depósitos vinculados	3	-	3	8.003
Reserva Global de Reversão	523	-	523	650
Financiamentos a terceiros	61	-	61	367
Alienações em curso	5.793	-	5.793	5.261
Desativações em curso	12.982	-	12.982	11.383
Prêmios de seguros	3.122	-	3.122	2.277
Gastos reembolsáveis	2.561	-	2.561	1.437
Alienações de bens e direitos	2.603	-	2.603	4.007
Adiantamentos a fornecedores	5.709	-	5.709	5.681
Adiantamentos à Eletropar	5.279	1.456	6.735	6.735
FGTS / Conta-Empresa	-	3.633	3.633	3.513
Dividendos a receber	10.046	-	10.046	9.942
Serviços prestados a terceiros	3.021	-	3.021	3.408
Alienação de ativos – Projeto Biomassa	-	4.676	4.676	-
Outros	4.975	1.145	6.120	7.847
	73.452	11.722	85.174	97.404

11 - INVESTIMENTOS

Composição:

	2009	2008
1. Participações societárias		
<u>Coligadas</u>		
Equivalência Patrimonial		
• STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	111.389	112.780
• Integração Transmissora de Energia S.A.	23.345	22.893
• Energética Águas da Pedra S.A.	61.436	61.985
• Interligação Elétrica do Madeira S.A.	25.283	-
• Energia Sustentável do Brasil S.A.	-	50.002
• ESBR Participações S.A.	202.388	-
• Manaus Transmissora de Energia S.A.	172	-
• Manaus Construtora Ltda.	1.938	-
	425.951	247.660
<u>Outras participações</u>	633	613
	426.584	248.273
2. Outros Investimentos		
• Bens e direitos para uso futuro – Estudos e projetos	2.250	1.650
• Outros	975	421
	3.225	2.071
Total	429.809	250.344

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Em conformidade com a política do Governo Federal de atrair capitais privados, com o objetivo de incrementar os investimentos no Setor Elétrico, e na forma estabelecida pela Lei nº 10.438/2002, o Consórcio AC Transmissão, formado pela Chesf e pela Cia. Técnica de Engenharia Elétrica - Alusa, atual Alupar Investimentos S.A., participou do Leilão nº 001/2003-ANEEL para a outorga de concessão de linhas de transmissão, vencendo o lote C, correspondente a uma linha de transmissão de 546 km, em 500 kV, no trecho Teresina-PI/Sobral e Fortaleza-CE, com uma proposta de receita anual de R\$ 77,9 milhões.

Neste sentido, foi constituída a empresa STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A., em 27/10/2003, com o objetivo de construir e operar a referida linha de transmissão, cabendo à Alupar 51% e à Chesf 49%, na participação acionária da STN. O empreendimento foi concluído em dezembro/2005 e a operação comercial iniciada em janeiro/2006.

Ainda no âmbito desta parceria, a Chesf mantém com a STN contratos para operação e manutenção da referida linha de transmissão, tendo auferido, no exercício, receita pela prestação desses serviços no montante de R\$ 1.663. A Companhia também registrou, no exercício, receita de equivalência patrimonial no montante de R\$ 18.213.

Integração Transmissora de Energia S.A.

A Companhia também possui parceria na atividade de transmissão de energia com a empresa Integração Transmissora de Energia S.A. – Intesa, constituída em 20/12/2005, com participação de 12% do capital. O objeto social da Intesa é a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela linha de transmissão de 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, 3º circuito, entradas de linha e instalações vinculadas, nos termos do Contrato de Concessão nº 002/2006 – ANEEL, firmado com o Poder Concedente, em 27/04/2006, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos. A Intesa possui capital autorizado de R\$ 150 milhões, em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os demais participantes da sociedade são: Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia – FIP, com 51%, e Eletronorte, com 37%. A operação comercial da Intesa teve início em 30/05/2008. A Companhia registrou, no exercício, receita de equivalência patrimonial no montante de R\$ 768.

Energética Águas da Pedra S.A.

Ainda no âmbito dos investimentos a Companhia mantém como coligada na atividade de geração de energia a empresa Energética Águas da Pedra S.A., constituída em 03/04/2007, na qual possui participação de 24,5%, juntamente com a Eletronorte (24,5%) e a Neoenergia S.A. (51,0%). A referida empresa teve origem no Consórcio Aripuanã, ganhador do Leilão nº 004/2006-ANEEL, realizado em 10/10/2006, relativo à contratação de energia proveniente de novos empreendimentos, com posterior outorga de concessão dentro do Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para implantação da Usina Hidrelétrica Dardanelos - UHE Dardanelos, com investimento previsto de R\$ 760,8 milhões. A UHE Dardanelos será implantada no Rio Aripuanã, situado ao norte do Estado do Mato Grosso, com potência de 261 MW e energia assegurada total de 154,9 MW médios, para suprir o município de Aripuanã e, posteriormente, o Sistema Interligado Nacional - SIN. As primeiras máquinas têm previsão para entrada em operação em 2011, sendo a 1ª unidade com previsão para junho/2010, tendo sido comercializados 147 MW médios para o período de 2011 a 2041. O prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos a partir de 03/07/2007, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2007-MME–UHE DARDANELOS. A Companhia registrou, no exercício, despesas de equivalência patrimonial no montante de R\$ 549.

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

A Companhia também participa da empresa coligada da atividade de transmissão, Interligação Elétrica do Madeira S.A., criada a partir do Leilão ANEEL – 007/2008, da qual possui 24,5% do capital social, juntamente com as empresas Furnas Centrais Elétricas S.A., com 24,5%, e a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, 51%. A referida sociedade, constituída em 18/12/2008, tem por objeto a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado Nacional - SIN, especificamente das LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP) número 01, em CC, +/- 600 kV, Estação Retificadora número 02 CA/CC, 500 kV/ +/- 600 kV – 3.150 MW, Estação Inversora número 02 CC/CA +/- 600 kV/500 kV – 2.950 MW e demais obras complementares, nos termos dos Contratos de Concessão nº 13/2009-ANEEL e nº 15/2009-ANEEL. Neste exercício, a Companhia aportou na coligada R\$ 25.283.

ESBR Participações S.A.

A Companhia possui participação de 20% no capital social da empresa ESBR Participações S.A., constituída em 12/02/2009, coligada da atividade de geração, juntamente com as empresas Suez Energy South America Participações Ltda., 50,1%, Eletrosul Centrais Elétricas S.A., 20%, e a Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A., 9,9%. A ESBR Participações S.A. passou a deter a totalidade das ações da empresa Energia Sustentável do Brasil S.A., a partir de maio/2009. A Companhia associou-se às empresas mencionadas para participar do Leilão nº 005/2008-ANEEL, com o objetivo de obter a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau – UHE Jirau -, no Rio Madeira, município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, com potência instalada mínima de 3.300 MW, e entrada em operação prevista para 2013, cujo consórcio foi o vencedor, ressalta-se, entretanto, que o cronograma atual prevê o início da operação para o primeiro semestre de 2012. O prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos a partir de 13/08/2008, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2008 – MME-UHE JIRAU. A Companhia registrou, no exercício, despesa de equivalência patrimonial no montante de R\$ 3.354 e aportou no total de R\$ 205.742.

Manaus Transmissora de Energia S.A.

Empresa criada a partir do Consórcio Amazonas e constituída em 22/04/2008 para a implantação das linhas de transmissão de 500 kV Oriximiná (PA) – Itacoatiara (AM), com extensão aproximada de 374 km, e Itacoatiara (AM) – Cariri (AM), com 212 km de extensão aproximada, construção da subestação Itacoatiara em 500/138 kV (150 MVA) e da subestação Cariri em 500/230 kV (1.800 MVA), conforme Contrato de Concessão nº 010/2008 – ANEEL, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, a partir de 16/10/2008, data da assinatura do contrato, da qual a Companhia possui 19,5% do capital social, juntamente com as empresas Abengoa Holding, da Espanha, com 50,5%, e a Eletronorte, com 30%. O investimento total orçado é de R\$ 1.114 milhões, com início de operação previsto para outubro/2011. A Companhia apresenta um investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial de R\$ 172.

Manaus Construtora Ltda.

Em 06 de abril de 2009, foi constituída a empresa Manaus Construtora Ltda., da qual a Companhia é sócia com 195 quotas, em conjunto com a Abengoa Holding, com 505 quotas, e a Eletronorte, com 300 quotas. Esta empresa tem como objetivo a construção, montagem e fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos para a linha de transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri CD, a subestação Itacoatiara de 500/138 kV e a Subestação Cariri de 500/230 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como, as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. A Companhia registrou, no exercício, investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial de R\$ 1.938.

TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

A Companhia participou neste exercício do Consórcio Nordeste de Transmissão de Energia, vencedor do Lote C do Leilão nº 005/2009, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 27 de novembro de 2009, com objetivo de construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado Nacional, especificamente da Linha de Transmissão São Luiz II – São Luiz III, em 230 kV, localizada no estado do Maranhão, das subestações Pecém II, em 500 kV e Aquiraz II, em 230 kV, localizadas no estado do Ceará. A partir desse consórcio, em 12 de janeiro de 2010, foi constituída a empresa TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A., na cidade do Recife, estado de Pernambuco, na qual a Chesf participa com 49% e a ATP Engenharia Ltda. com 51%. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 anos, cuja homologação e adjudicação ocorreram em 19/01/2010, com investimento previsto em R\$ 240 milhões.

Equivalência Patrimonial

Coligadas	Participação (%)	Investimento	Patrimônio Líquido	Resultado até 31/12/2009	Resultado da Equivalência
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,0	111.389	227.325	37.171	18.213
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,0	23.345	194.539	11.090	768
Energética Águas da Pedra S.A.	24,5	61.436	250.758	(2.242)	(549)
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5	25.283	103.199	-	-
ESBR Participações S.A.	20,0	202.388	1.011.943	(10.169)	(3.354)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,5	172	883	-	172
Manaus Construtora Ltda.	19,5	1.938	9.938	9.938	1.938

Demonstração da Movimentação dos Investimentos

Coligadas	31/12/2008	Aumento de Capital	Baixas	Equivalência Patrimonial	Dividendos	31/12/2009
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	112.780	-	-	18.213	(19.604)	111.389
Integração Transmissora de Energia S.A.	22.893	-	-	768	(316)	23.345
Energética Águas da Pedra S.A.	61.985	-	-	(549)	-	61.436
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	-	25.283	-	-	-	25.283
Energia Sustentável do Brasil S.A.	50.002	-	(50.002)	-	-	-
ESBR Participações S.A.	-	205.742	-	(3.354)	-	202.388
Manaus Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	172	-	172
Manaus Construtora Ltda.	-	-	-	1.938	-	1.938
TOTAL	247.660	231.025	(50.002)	17.188	(19.920)	425.951

Resumo das Demonstrações Contábeis das Empresas Coligadas

BALANÇO PATRIMONIAL

Empresas	2009								2008							
	Ativo				Passivo				Ativo				Passivo			
	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total
		Outros	Imobilizado Intangível e Investimentos							Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos					
Energética Águas da Pedra	76.376	-	643.455	719.831	9.711	459.362	250.758	719.831	90.138	-	464.702	554.840	15.034	286.806	253.000	554.840
ESBR Participações	621.447	121.267	2.182.339	2.925.053	107.459	1.805.651	1.011.943	2.925.053	1	-	-	1	-	-	1	1
STN	35.449	3.000	478.749	517.198	44.329	245.543	227.326	517.198	41.257	2.998	488.889	533.144	42.972	260.007	230.165	533.144
Integração Transm. de Energia	19.385	5.271	544.614	569.270	48.078	326.653	194.539	569.270	19.009	672	559.426	579.107	50.552	342.951	185.604	579.107
Interligação Elétrica do Madeira	12.809	250	91.522	104.581	1.382	-	103.199	104.581	-	-	-	-	-	-	-	-
Manaus Transmissora	356.400	43.030	229.165	628.595	566.285	61.426	884	628.595	102.457	434.801	-	537.258	38.977	475.746	22.535	537.258
Manaus Construtora	15.443	421	-	15.864	5.267	659	9.938	15.864	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.137.309	173.239	4.169.844	5.480.392	782.511	2.899.294	1.798.587	5.480.392	252.862	438.471	1.513.017	2.204.350	147.535	1.365.510	691.305	2.204.350

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Empresas	2009							2008						
	Receita Operacional Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I.Renda e Cont.Social	Resultado do Exercício	Receita Operacional Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I.Renda e Cont.Social	Resultado do Exercício
Energética Águas da Pedra	-	(1.985)	(1.985)	(257)	(2.242)	-	(2.242)	-	-	-	-	-	-	-
ESBR Participações	-	(26.991)	(26.991)	17.622	(9.369)	(800)	(10.169)	-	-	-	-	-	-	-
STN	99.850	(24.280)	75.570	(18.856)	56.714	(6.461)	50.253	92.951	(23.218)	69.733	(19.821)	49.912	(4.994)	44.918
Integração Transmissora de Energia	69.434	(24.718)	44.716	(31.232)	13.484	(2.394)	11.090	42.805	(15.836)	26.969	(23.302)	3.667	(1.651)	2.016
Interligação Elétrica do Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manaus Transmissora	-	(2.096)	(2.096)	(1.705)	(3.801)	4.684	883	-	-	-	-	-	-	-
Manaus Construtora	14.908	(3.294)	11.614	(10)	11.604	(1.666)	9.938	-	-	-	-	-	-	-
Total	184.192	(83.364)	100.828	(34.438)	66.390	(6.637)	59.753	135.756	(39.054)	96.702	(43.123)	53.579	(6.645)	46.934

12 - IMOBILIZADO

a) Imobilizado segregado por natureza e atividade

	2009	2008
Em Serviço	14.681.186	15.080.926
Em Curso	1.800.121	1.289.859
	16.481.307	16.370.785
Obrigações vinculadas à Concessão	(155.866)	(155.867)
	16.325.441	16.214.918

		2009				2008
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Geração	2,39	17.441.789	(7.288.164)	(93.273)	10.060.352	10.284.910
Transmissão	2,97	7.540.316	(3.521.437)	(25.848)	3.993.031	4.132.598
Administração	7,36	1.049.407	(540.725)	(36.745)	471.937	507.551
		26.031.512	(11.350.326)	(155.866)	14.525.320	14.925.059
Em curso						
Geração		282.073	-	-	282.073	195.185
Transmissão		1.361.308	-	-	1.361.308	1.015.348
Administração		156.740	-	-	156.740	79.326
		1.800.121	-	-	1.800.121	1.289.859
		27.831.633	(11.350.326)	(155.866)	16.325.441	16.214.918

A administração da Companhia avaliou, em 31 de dezembro de 2009, e o fará anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – redução ao valor recuperável de ativos.

No processo de avaliação são identificadas as circunstância que possam exigir a aplicação de testes de recuperabilidade dos ativos a fim de ser determinado o montante de eventuais perdas, tomando como unidade geradora de caixa o conjunto de seus ativos por segmento (geração e transmissão), dada as características operacionais de gestão e operação da Companhia.

A administração da Companhia, amparada em opinião de consultor jurídico independente, considerou a reversão do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de energia elétrica, tomando por base o valor contábil. Considerou, também, a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil do bem e não o prazo da concessão.

A Companhia apesar de não apresentar indicativo de *impairment*, realizou o teste de recuperabilidade de seus ativos em serviço em 31/12/2009, por meio de fluxos de caixa descontados, e não identificou nenhuma redução do valor recuperável desses ativos.

b) Movimentação do Imobilizado

Descrição	2008	Adições	Baixas	Imobilizações	2009
Em serviço	25.829.574	221.394	(19.456)	-	26.031.512
Depreciação	(10.748.648)	(612.673)	10.995	-	(11.350.326)
Subtotal	15.080.926	(391.279)	(8.461)	-	14.681.186
Em curso (*)	1.289.859	735.232	(3.576)	(221.394)	1.800.121
Total	16.370.785	343.953	(12.037)	(221.394)	16.481.307
Obrigações vinculadas à Concessão	(155.867)	-	1	-	(155.866)
Total do Imobilizado	16.214.918	343.953	(12.036)	(221.394)	16.325.441

(*) Inclui gastos diferidos no valor de R\$ 10.840.

c) Taxas anuais de depreciação

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 240, de 05/12/2006, revogada e substituída pela Resolução ANEEL nº 367, de 02/06/2009, que incorporou a tabela de taxas anuais de depreciação ao Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

As principais taxas anuais de depreciação, por atividade, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<u>Geração</u>	
Comporta	3,3
Reservatório	2,0
Casa de força	2,0
Gerador	3,3
Painel – Comando e Medição	3,0
Turbina hidráulica	2,5
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3
Turbina a gás	5,0
<u>Transmissão</u>	
Banco de capacitores	5,0
Barramento	2,5
Chave	3,3
Disjuntor	3,0
Estrutura de suporte	2,5
Estrada de acesso	4,0
Estrutura em LT	2,5
Painel de comando	3,0
Reator	2,8
Sistema de aterramento	2,5
Transformador de força	2,5
Transformador de medida	3,0
<u>Administração central</u>	
Equipamentos gerais	10,0
Veículos	20,0

d) Encargos financeiros e efeitos inflacionários

De acordo com o item 4 da Instrução Contábil nº 6.3.10, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, e com a Deliberação CVM nº 193, de 11/07/1996, parte dos encargos financeiros e efeitos inflacionários foram transferidos para o Ativo Imobilizado em curso, conforme demonstrado a seguir:

	2009			2008
	Geração	Transmissão	Total	Total
Encargos financeiros totais	372.978	70.489	443.467	504.220
(-)Transferência para o imobilizado em curso	(1.988)	(11.388)	(13.376)	(16.551)
Efeito líquido no resultado	370.990	59.101	430.091	487.669
Efeitos inflacionários totais	(51.482)	1.003	(50.479)	87.531
(-)Transferência para o imobilizado em curso	170	(2.708)	(2.538)	(4.168)
Efeito líquido no resultado	(51.312)	(1.705)	(53.017)	83.363

e) Obrigações vinculadas à Concessão

A partir de 01 de janeiro de 1996, essas obrigações deixaram de ser atualizadas pelos efeitos da inflação, atendendo disposições legais.

Composição:

	2009	2008
Participações da União	108.052	108.052
Contribuições de consumidores	3.344	3.344
Doações e subvenções destinadas a investimentos	43.864	43.865
Pesquisa e Desenvolvimento	606	606
	155.866	155.867

As participações da União referem-se a recursos recebidos do Governo Federal e aplicados em obras de geração e transmissão de energia elétrica.

As Contribuições de consumidores referem-se a recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Em virtude de sua natureza, as contas registradas neste grupamento não representam obrigações financeiras efetivas, não devendo, desta forma, ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização, são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na Concessão. A Companhia não identifica, em suas operações, bens de valores relevantes considerados inservíveis.

13 – INTANGÍVEL

- Intangível segregado por natureza e atividade

	Taxas médias anuais de amortização (%)	2009			2008
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração	20,00	416	(208)	208	291
Transmissão	20,00	34	(15)	19	26
Administração	20,00	38.379	(16.419)	21.960	29.636
		38.829	(16.642)	22.187	29.953
Em curso					
Geração		39	-	39	32
Transmissão		137	-	137	63
Administração		9.347	-	9.347	2.000
		9.523	-	9.523	2.095
		48.352	(16.642)	31.710	32.048

- Movimentação do Intangível

Descrição	2008	Adições	2009
Em serviço	38.829	-	38.829
Amortização	(8.876)	(7.766)	(16.642)
Subtotal	29.953	(7.766)	22.187
Em curso	2.095	7.428	9.523
Total do Intangível	32.048	(338)	31.710

14 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
Circulante		
Materiais e serviços	171.011	116.709
Energia elétrica:		
Energia livre	3.038	3.038
CCEE	-	2.737
Encargos de uso da rede elétrica:		
Eletronorte	7.332	6.804
Eletrosul	7.107	6.196
Furnas	15.249	14.327
CTEEP	11.202	10.123
Cemig	4.789	3.416
TSN	3.108	3.291
Outros	36.722	31.605
Total	259.558	198.246

15 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

A Companhia apresenta nos Passivos Circulante e Não Circulante tributos e contribuições a pagar assim distribuídos:

	2009			2008
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
IRPJ	114.486	-	114.486	-
CSLL	33.563	-	33.563	28.074
COFINS	28.429	-	28.429	27.027
ICMS	10.190	-	10.190	8.985
ICMS diferido	-	21.053	21.053	45.592
INSS	18.190	-	18.190	10.647
PIS/PASEP	6.171	-	6.171	5.867
IRRF	24.190	-	24.190	16.861
FGTS	5.643	-	5.643	3.838
Outros	8.160	-	8.160	5.879
	249.022	21.053	270.075	152.770

16 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moedas nacional e estrangeiras são as seguintes:

a) Composição:

	2009				2008
	Circulante		Não Circulante	Total	Total
	Principal	Encargos	Principal		
<u>Moeda Estrangeira</u>					
Eletrobrás	-	-	-	-	207.868
Instituições financeiras	-	-	-	-	56.158
	-	-	-	-	264.026
<u>Moeda Nacional</u>					
Eletrobrás	106.754	4	147.601	254.359	3.193.137
Banco do Brasil	-	5.825	249.966	255.791	259.159
Banco do Nordeste	7.663	31	145.602	153.296	69.446
	114.417	5.860	543.169	663.446	3.521.742
Total	114.417	5.860	543.169	663.446	3.785.768

- b) O empréstimo com o Banco do Brasil está garantido por meio de compensação e cessão de créditos, caso venham a ser exigidas pelo credor. Para o montante de R\$ 94.132 dos empréstimos obtidos da nossa Controladora, a Eletrobrás, não foram solicitadas garantias. Entretanto, a critério do credor, poderão ser exigidas, ficando a Companhia obrigada a oferecê-las sob pena de vencimento antecipado da dívida.

Os financiamentos provenientes da Eletrobrás têm como principal fonte os recursos a Reserva Global de Reversão – RGR, e como principais destinações as obras das Usinas Hidrelétricas Itaparica e Xingó e os seus sistemas de transmissão associados. Em 2009, diversos desses financiamentos, no montante de R\$ 2.723.654, foram convertidos em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, para capitalização em 2010 (nota 21).

- c) Os principais indexadores, utilizados na atualização dos empréstimos e financiamentos, tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Indexador	Variação anual (%)	
	2009	2008
US\$	-25,49	31,94
Eur	-22,57	24,13
IPCA	4,32	5,90

- d) Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

Moeda (equivalente em R\$)/Indexador	2009		2008	
	R\$	%	R\$	%
<u>Moeda Estrangeira</u>				
US\$	-	-	207.868	5,49
Eur	-	-	56.158	1,48
	-	-	264.026	6,97
<u>Moeda Nacional</u>				
Sem atualização (1)	246.600	37,20	3.174.904	83,86
Sem atualização (2)	153.296	23,10	69.446	1,84
Sem atualização (3)	255.791	38,50	259.159	6,85
IPCA (4)	7.759	1,20	18.233	0,48
	663.446	100,00	3.521.742	93,03
Total	663.446	100,00	3.785.768	100,00

(1) Do total contratado com a Eletrobrás, R\$ 246.600 são provenientes de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, arrecadados do Setor Elétrico para reinvestimento nele próprio. Deste total, R\$ 94.132 (38,17%) estão contratados com juros de 10% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., R\$ 151.945 (61,62%) e R\$ 523 (0,21%), com juros de 5% a.a. e taxas de administração de 2% a.a. e 1,5% a.a., respectivamente. Estes financiamentos não têm previsão de atualização monetária por estarem vinculados à mesma sistemática de correção dos ativos permanentes, suspensa por força de lei.

(2) Contratos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com juros de 10% a.a., com bônus de 2,5% por pontualidade.

(3) Contrato com o Banco do Brasil S.A., com taxa de juros de 105,7% da taxa média do CDI.

(4) Contrato com a Eletrobrás, com taxa de juros de 7,2% a.a..

- e) O valor principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, no montante de R\$ 543.169 (R\$ 3.307.765, em 2008), tem seus vencimentos assim programados:

	2009	2008
2010	-	439.514
2011	39.631	387.396
2012	283.915	665.840
2013	33.949	339.498
2014	33.949	372.553
2015	33.886	409.070
2016	33.844	449.410
Após 2016	83.995	244.484
Total	543.169	3.307.765

f) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos às seguintes taxas de juros:

	Mercado Interno	Mercado Externo
	(% a.a.)	(% a.a.)
Taxas Fixas		
2009	5,00 a 10,00	-
2008	5,00 a 10,00	-
Taxas Variáveis		
2009	9,04	-
2008	14,40	3,94 a 7,55

g) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Em 31 de dezembro de 2007	430.714	3.836.822	87.653	203.618
Ingressos	-	159.456	-	-
Encargos	455.914	-	17.603	-
Variações monetária e cambial	7.097	15.216	25.892	39.327
Transferências	857.726	(857.726)	88.948	(88.948)
Pagamentos de principal e encargos	(1.383.477)	-	(110.067)	-
Em 31 de dezembro de 2008	367.974	3.153.768	110.029	153.997
Ingressos	-	112.467	-	-
Encargos	390.874	-	9.220	-
Variações monetária e cambial	68	683	(22.993)	(33.312)
Transferências para o circulante	2.723.749	(2.723.749)	120.685	(120.685)
Transferência para AFAC	(2.609.245)	-	(114.409)	-
Pagamentos de principal e encargos	(753.143)	-	(102.532)	-
Em 31 de dezembro de 2009	120.277	543.169	-	-

17 – OUTROS PASSIVOS

	2009			2008
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Seguro de vida – Del. CVM nº 371/2000	-	81.922	81.922	-
Comp. fin. pela utilização de recursos hídricos	37.571	-	37.571	33.112
Taxa de fiscalização da ANEEL	2.536	-	2.536	1.819
Entidade de previd. privada – contribuição normal	10.617	-	10.617	6.784
Outros credores – CEEE	974	-	974	974
Aquisição de imóveis – acampamento	1.506	-	1.506	4.605
Passivo regulatório da transmissão	-	-	-	876
TAC Comunidade Tuxá – Itaparica	-	-	-	25.724
FGTS / Conta-Empresa	-	3.633	3.633	3.513
Eletropar	-	1.456	1.456	1.456
Outros	10.566	2.614	13.180	14.263
	63.770	89.625	153.395	93.126

18 - PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O regime atuarial da Fachesf é o de capitalização e o Plano originalmente constituído é do tipo Benefício Definido (Plano BD). Em 29/06/2001, foram implantados os Planos de Contribuição Definida (Plano CD) e de Benefício Saldado (Plano BS), tendo a migração de participantes do Plano BD para os novos Planos, encerrada em 19/11/2001, atingindo o percentual de 97,1%.

A Companhia adota os procedimentos recomendados pela Deliberação CVM nº 371/2000, procedendo a avaliação atuarial dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação podem diferir daquelas adotadas pela administração do programa, as quais seguem legislações específicas, impedindo, assim, as comparações simples de resultados.

Considerando o efeito acumulado desde a implantação dos princípios contábeis da Deliberação CVM nº 371/2000 no resultado consolidado, os Planos patrocinados pela Companhia junto à Fachesf acumularam ganhos, em 31/12/2009, que montaram à quantia de R\$ 446.830. A alteração da situação dos Planos, que acumularam perdas consolidadas de R\$ 220.225, em 31/12/2008, teve como principal fator o ganho financeiro decorrente da recuperação dos mercados de capitais no exercício.

Na forma dos itens 53 e 54 da citada Deliberação, os ganhos/perdas que excedem a 10% do maior entre o Valor Presente da Obrigação Atuarial e o Valor Justo dos Ativos do Plano, estão sendo reconhecidos pelo serviço médio dos Participantes Ativos dos Planos.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes aos Planos de Aposentadoria, na forma das alíneas aplicáveis do item 81, da Deliberação CVM no 371/2000, na data-base de 31/12/2009.

Plano Previdenciário

- **Características Básicas**

A Fachesf administra, em favor dos empregados da Chesf, 03 (três) Planos de Aposentadoria: o Plano de Benefícios, o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida e o Plano Saldado de Benefícios.

O Plano de Benefícios, do tipo benefício definido, garante aos participantes um benefício de 100% da média dos últimos salários.

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida é um plano onde o participante escolhe o seu nível de contribuição e a patrocinadora contribui com um percentual variável da contribuição escolhida pelo participante. A acumulação desses recursos é que irá determinar o valor do benefício do participante, no futuro. A Chesf se responsabiliza ainda pelos custos dos benefícios de risco e da administração do plano. Este é o único Plano aberto a novas inscrições.

Os participantes que optaram por se transferir do Plano de Benefícios para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida tiveram a opção de manter no Plano Saldado de Benefícios o valor proporcional que haviam acumulado no plano de origem ou transferir o valor presente de tal benefício para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida.

- **Política Contábil Adotada pela Entidade no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais.**

O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceda o maior valor entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano, amortizado pelo serviço futuro médio dos participantes do plano, conforme item 53 do Pronunciamento do IBRACON sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados.

• **Estatísticas sobre os Dados Cadastrais**

CARACTERÍSTICAS ETÁRIAS	2009				2008
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Total	
1. Participantes ativos					
1.1. Participantes – nº	62	2.326	5.639	8.027	7.998
1.2. Idade Média	57,0	54,7	48,3	50,2	49,7
1.3. Serviço Creditado (total)	31,4	29,5	21,7	24,0	23,6
1.4. Tempo para Aposentadoria	3,4	4,7	10,3	8,6	9,9
1.5. Salário Médio em R\$	7.050,24	7.189,82	5.964,31	6.327,82	6.158,65
2. Aposentados					
2.1. Participantes Aposentados – nº	5.173	298	365	5.836	5.824
2.2. Idade Média	67,0	60,1	59,7	66,2	65,6
2.3. Benefício Médio em R\$	2.654,52	2.267,73	1.970,25	2.591,97	2.337,08
3. Pensionistas					
3.1. Participantes Pensionistas – nº	1.331	55	80	1.466	1.435
3.2. Idade Média	66,2	50,0	48,4	64,6	62,4
3.3. Benefício Médio em R\$	1.052,52	854,97	741,63	1.028,14	941,45
População Total	6.566	2.679	6.084	15.329	15.257

• **Estado de Equilíbrio Consolidado**

	2010 (Projeção)	2009 (**)	2008 (**)
I - OBRIGAÇÕES CONSOLIDADAS			
(a) No início do exercício	3.337.815	3.439.968	3.282.761
(b) Custo de Serviço	31.556	68.783	896
(c) Custo dos Juros	331.609	359.472	359.637
(d) Benefícios Pagos (*)	(226.229)	(212.694)	(205.773)
(e) (Ganhos) e Perdas:	-	(317.714)	2.447
(f) No fim do exercício	3.474.751	3.337.815	3.439.968
II – ATIVOS GARANTIDORES			
(a) No início do exercício	3.587.732	2.820.923	2.772.430
(b) Retorno esperado dos ativos	425.354	262.864	311.072
(c) Contribuições e aportes	362.943	367.298	167.605
(d) Benefícios Pagos	(226.229)	(212.694)	(205.773)
(e) Ganhos e (Perdas)	-	349.341	(224.411)
(f) No fim do exercício	4.149.800	3.587.732	2.820.923
III- ESTADO DE COBERTURA			
No fim do Exercício	675.049	249.917	(619.045)

(*) Considerada apenas a parcela subsidiada pela Companhia nos sinistros a pagar para inativos.

(**) Consolidação das Obrigações futuras com Ativos e Inativos

• **(Ganhos) e Perdas Acumulados**

	2009	2008
(a) No início do exercício	220.225	(14.356)
(b) Nas obrigações do ano	(317.714)	2.447
(c) Nos ativos garantidores	(349.341)	224.411
(d) Amortizações	-	7.723
(e) No fim do exercício	(446.830)	220.225
(f) Limite de diferimento	358.773	343.997
(g) Prazo de diferimento	8,6	9,9
(h) Reconhecimento exercício seguinte	10.217	-

• **Custo Periódico do Plano**

	2010 (Projeção)
(a) Custo do Serviço	31.556
(b) Custo dos Juros	331.609
(c) Retorno esperado nos ativos	(425.354)
(d) Contribuições de Participantes	(38.193)
(e) Amortizações	10.217
Total do Custo de Curto Prazo	(90.165)

• **Reconciliação do Passivo**

Posição em 31/12/2009	(Passivo)/Ativo Líquido Total
Valor no início do exercício	(398.820)
Custo do Serviço Corrente	(68.782)
Custo dos Juros	(359.472)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	262.864
Amortizações	-
Ganhos ou perdas atuariais	-
Contribuições pagas	367.297
Benefícios pagos pelo plano	-
Alterações de plano	-
Ingressos – Plano CD	-
Redução antecipada de obrigações	-
Eliminação antecipada de obrigações	-
Benefícios especiais de desligamento	-
Outras despesas	-
Outros ajustes	-
Valor no final do exercício	(196.913)

• **Hipóteses Atuariais e Financeiras**

Tábua de Mortalidade Geral	AT 83
Tábua de Entrada em Invalidez	Light F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 83
Tábua / Taxa de Rotatividade	Nula
Taxa de Juros Atuarial	6,0%
Taxa de Inflação Projetada	4,5%
Taxa de Retorno de Curto Prazo	10,77%
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,00% a.a.
Fator de Capacidade de Benefícios	0,98
Fator de Capacidade Salarial	0,98
Taxa de Incremento de Custos da Saúde	1,0% a.a.

- Evolução do Passivo Atuarial**

TIPO	2008	Alterações Contratuais	Juros	Variação monetária	Pagamentos	2009
Contrato nº CF 00.1.246-043	213.428	-	9.387	(3.007)	(120.315)	99.493
Contrato nº CF 01.1.266-01-A/6	527.604	(155.624)	28.567	(8.512)	(138.258)	253.777
Contrato nº CF 01.1.336-012	61.987	(48.259)	3.426	(1.035)	(16.119)	-
Contrato nº CF 01.1.337-013	23.801	-	1.206	(323)	(6.154)	18.530
Aplicação da Deliberação CVM nº 371/2000	(428.000)	253.113	-	-	-	(174.887)
TOTAL	398.820	49.230	42.586	(12.877)	(280.846)	196.913

A Companhia possui um passivo atuarial registrado nos termos da Deliberação CVM nº 371/2000, o qual encontra-se a menor em comparação com o contrato de confissão de dívida assinado com a Fachesf, em R\$ 174.887 (R\$ 428.000, em 2008).

O contrato assinado entre as partes prevê cláusula de ajuste anual relacionada ao valor da dívida em consonância com os valores determinados por meio de cálculos atuariais, mediante aditamentos contratuais de modo a refletir a compatibilidade com os dados atuariais.

A diferença apresentada entre o passivo atuarial e a confissão de dívida será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano, por intermédio de ajustes contratuais previstos, especificando o montante variável a ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação.

A avaliação atuarial é intrinsecamente incerta e, portanto, está sujeita a alterações quando da revisão atuarial realizada anualmente.

Outros Benefícios Pós-emprego

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e de inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e de inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia.

- Características da Massa Segurada**

	ATIVOS	INATIVOS	TOTAL
Segurados titulares	3.852	4.301	8.153
Idade média	48,41	66,55	57,98
População titular potencial	5.701	5.245	10.946
Nível de adesão	0,68	0,82	0,74
Prêmios anuais	7.817	6.060	13.877
Taxa coletiva contratada	0,009585	0,009585	0,009585
Taxa calculada	0,003880	0,016670	-
Sinistros pagos em 2009	-	-	15.157

Com base nas características apresentadas, a Companhia registra em seu passivo não circulante a avaliação atuarial para cobertura dos segurados inativos, considerando o total da apólice vigente, segregada entre as partes, a qual alcançou neste exercício o montante de R\$ 81.922 mil.

Outros Benefícios aos Empregados

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, seguro de vida, auxílio refeição, auxílio transporte e auxílio educação, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 89.021 (R\$ 80.344, em 2008).

19 – PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO PROGRAMADO – PDVP

A Companhia aprovou um programa de desligamento de empregados que se encontram em condições de aposentadoria e que voluntariamente desejaram aderir, denominado “Plano de Desligamento Voluntário Programado – PDVP”, com prazo de desligamento até 28/02/2011, tendo sido registradas 1.806 adesões, com 70 desligamentos neste exercício.

As despesas com o PDVP incluem incentivos financeiros, multa do FGTS, aviso prévio, a manutenção do Plano de Assistência Patronal – PAP, pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data do desligamento, entre outros.

Para fazer face a tais gastos a Companhia registrou, neste exercício, em seu resultado, o montante de R\$ 274.118.

20 – CONTINGÊNCIAS

	Provisão em 31/12/2008	Adições (reversões)	Baixas	Provisão em 31/12/2009	Depósitos judiciais	Provisão (Ativo) líquida em 31/12/2009	Provisão líquida em 31/12/2008
Trabalhistas	69.639	23.474	(9.116)	83.997	(95.769)	(11.772)	12.689
Cíveis	453.394	57.239	(5.542)	505.091	(92.484)	412.607	393.975
Fiscais	8.770	1.643	(135)	10.278	-	10.278	8.770
Total	531.803	82.356	(14.793)	599.366	(188.253)	411.113	415.434

A Chesf, em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil e ao disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001, adota o procedimento de classificar as causas intentadas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- São constituídas provisões para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **provável**;
- São divulgadas em notas explicativas as informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **possível**;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **remoto**, somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

As contingências da área Trabalhista são compostas, na sua maioria, de ações relativas a periculosidade, horas extras, de contribuições à Fachesf, em regime de solidariedade, e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas.

As Cíveis de maior peso são reclamações de caráter indenizatório, desapropriações e de recomposição financeira de contratos.

Na área Tributária há questões envolvendo, basicamente, ações anulatórias de autos de infração; pleitos de ressarcimento de créditos (Pis/Pasep-Cofins) e outros tributos singulares.

Todas essas contingências estão tendo as devidas defesas pela Companhia, tendo sido constituídos os pertinentes depósitos judiciais, quando requeridos.

D) Destacam-se as seguintes ações com *risco de perda provável*:

- a) A Companhia é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350 milhões, em dobro.

A ação foi ajuizada perante a Justiça Federal, mas decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou a sua tramitação perante a Justiça Estadual de Pernambuco. Em 31/12/2008 aguardava-se o julgamento do referido agravo.

A ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente. A reconvenção apresentada pelas rés foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife, e a decisão foi mantida pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, havendo a Chesf interposto Embargos de Declaração para esclarecimento de determinados pontos de sua Apelação que foram omitidos na decisão da 2ª Câmara Cível. Esses embargos foram julgados e denegados pela 2ª Câmara Cível. Os patronos da Chesf interpuseram, em seguida, Recurso Especial e Recurso Extraordinário contra o acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível na aludida apelação. Em 31/03/2004 os recursos especiais ajuizados pela Chesf haviam sido admitidos pelo TJPE e encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, enquanto que os recursos extraordinários também interpostos pela Chesf não foram admitidos, razão pela qual esta Companhia apresentou, contra essa negativa, os competentes agravos de instrumento. Em 30/06/2005 os referidos recursos se encontravam *sub judice* nos Tribunais Superiores. Após essa data e até 31/03/2006, os agravos de instrumento interpostos pela Chesf no STF foram denegados, enquanto que o Recurso Especial interposto pela Chesf e pela União Federal junto ao STJ recebeu parecer do Ministério Público Federal, o qual manifestou-se pela anulação do processo por incompetência absoluta da Justiça do Estado de Pernambuco para apreciar a ação e pelo reexame do mérito pelo juízo competente. Em 30/09/2006, os autos se encontravam conclusos para decisão.

Em novembro/1998, as rés apresentaram pedido de execução provisória da decisão, no valor de R\$ 245 milhões, estando o processo suspenso por determinação do Ministro Presidente do STJ (PET 1621). Essa liminar foi objeto de Agravo Regimental por parte do Consórcio, o qual foi julgado em 24/06/2002, mantendo-se por unanimidade a liminar antes concedida pelo Presidente do STJ, ficando, desta forma, afastada a possibilidade da obtenção da tutela antecipada pelo Consórcio.

Posteriormente as rés apresentaram processo de liquidação da decisão, com a finalidade de apurar o valor atual da condenação, na hipótese de serem negados todos os recursos da Chesf e da União Federal. Em 30/09/2005, estavam em andamento os trabalhos de perícia, determinados pelo juiz que preside o feito, com a finalidade de apurar o real valor da condenação. Depois da apresentação do primeiro laudo pelo perito, as partes solicitaram esclarecimentos ao laudo, e o processo encontra-se com o perito, para exame.

A Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado para 31/12/2009 é de R\$ 387.901, para fazer face a eventuais perdas decorrentes deste assunto. Esta provisão corresponde à glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996, por entendimento da Companhia.

Em 31/03/2009, Recurso Especial e Agravos de Instrumento estavam aguardando julgamento no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente; os autos desses recursos se encontravam conclusos para o Ministro Relator, cabendo salientar que, na 12ª Vara da Comarca do Recife, permanecia em andamento a ação de liquidação da decisão na esfera estadual.

Julgando o processo de liquidação da sentença, o juiz reconheceu que a competência para apreciar a demanda é da Justiça Federal, considerando a presença da União como parte interessada no feito. O Consórcio Xingó interpôs embargos de declaração contra essa decisão, havendo o juiz, em vista desse recurso, mantido a sua decisão e encaminhado os autos para a Justiça Federal. Inconformado com essa decisão, o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento que, em 30/09/2008, encontrava-se *sub judice* no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Em 31/12/2008, aguardava-se o julgamento do referido agravo o que, posteriormente, foi julgado para fixar a competência da justiça estadual para apreciar o feito. Juiz Substituto na 12ª Vara Cível da Comarca do Recife proferiu sentença fixando o valor da condenação em R\$ 842.468.897,00, havendo a Chesf interposto, contra essa decisão, os cabíveis embargos de declaração, considerando que a sentença deixou de se manifestar sobre diversas impugnações apresentadas pela Chesf em torno do laudo pericial oferecido pelo perito do juízo. Em 30/09/2009, esses embargos aguardavam julgamento.

Em 17/12/2009 a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça deu início ao julgamento dos Recursos Especiais interpostos pelas partes e pela União; iniciado o julgamento do primeiro RESP de iniciativa da União, considerado prejudicial com relação aos demais, o Ministro Hermann Benjamim pediu vista dos autos para melhor análise da matéria. Assim, em 31/12/2009 o julgamento dos RESP pertinentes ao litígio “Fator K” se encontrava suspenso.

Na esfera estadual, o processo de liquidação da sentença foi julgado extinto pelo juiz titular da 12ª Vara da Comarca do Recife, por considerar que a matéria ainda se encontrava *sub judice* no STJ; contra essa decisão, o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento para o Tribunal de Justiça de Pernambuco; no TJP instalou-se um conflito negativo de competência entre dois desembargadores, cabendo agora ao colegiado dirimir a questão.

Inexiste previsão de tempo para o desfecho da lide.

- b) Ação em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho do Estado da Bahia, proposta pelo Sindicato dos Eletricitários da Bahia, requerendo o pagamento aos empregados da Gerência Regional de Paulo Afonso – GRP, Paulo Afonso – BA, de diferença de salário consequente da incidência do Adicional do Decreto-Lei nº 1971 – ADL e do Anuênio sobre o Adicional de Periculosidade, no valor estimado de R\$ 7,5 milhões. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento em Recurso de Revista ao Tribunal Superior do Trabalho – TST, que foi improvido. O processo transitou em julgado, sendo a Chesf condenada. Foi iniciada a fase de execução, tendo sido pagos R\$ 3,7 milhões a uma significativa parte dos empregados, restando uma expectativa de pagamento de R\$ 3,8 milhões. Em 31/03/2009 foi iniciada a execução, cujo crédito foi parcialmente embargado. Em 30/09/2009, o processo estava com o calculista da Vara para posterior julgamento dos embargos à execução visando ao ajuste do débito. Em 31/12/2009 os Embargos à Execução foram julgados improcedentes, tendo a Chesf interposto Agravo de Petição ao TRT da 5ª Região.
- c) Ação proposta na 8ª Vara Trabalhista de Fortaleza – CE, pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará – Sindeleiro, pretende o ressarcimento de perdas sofridas pelos empregados da Gerência Regional Norte – GRN (Ceará e Rio Grande do Norte), decorrente da retirada do transporte coletivo, com valor estimado de R\$ 6,0 milhões. O requerimento de restabelecimento do serviço de transporte foi deferido em execução parcial, que a Companhia vem atendendo. O Sindicato Autor requereu a complementação do transporte e a condenação da Companhia em multa diária, tendo a Chesf contestado a alegação. A Juíza do Trabalho, após audiência realizada em 23/08/2005 para a ouvida dos substituídos e apresentação de razões finais pela Chesf, em audiência, modificou o entendimento anterior, determinando o restabelecimento dos serviços de transporte apenas nos limites em que eram prestados anteriormente. Ainda na mesma decisão foram definidos os parâmetros para a liquidação da sentença, de forma que o crédito trabalhista fosse reduzido para R\$ 1,3 milhão. A execução está sendo processada no Juízo Trabalhista de Primeira Instância na cidade de Fortaleza – CE, tendo a sentença transitado em julgado. Em 31/03/2009, aguardava-se julgamento do Agravo de Instrumento em Agravo de Petição dos Reclamantes, na execução em processamento. Após a realização do depósito do valor principal, em 31/12/2009 estavam sendo liberados para os Reclamantes os valores e recolhimento dos encargos legais.

- d) Ação proposta na 4ª Vara Trabalhista do Recife – PE, pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas do Estado de Pernambuco – Urbanitários em substituição a 460 funcionários lotados no Recife – PE, requerendo a incidência do adicional de periculosidade sobre todas as verbas de natureza salarial, no valor de R\$ 4,0 milhões. A Juíza de Primeira Instância excluiu da lide, por litispendência ou por coisa julgada, aproximadamente, 300 dos substituídos, bem como julgou a ação improcedente no mérito. O sindicato apresentou Recurso Ordinário, no TRT da 6ª Região, que foi provido. O processo encontra-se em fase de liquidação através de perícia. Em 30/06/2008, havia sido concluída a perícia e o judiciário apurado o valor de R\$ 3,3 milhões. Pelos cálculos dos consultores jurídicos da Companhia este débito é de R\$ 2,9 milhões, cuja diferença foi objeto de impugnação em embargos de execução. Em 31/12/2009, aguardava-se julgamento dos Embargos à Execução opostos pela Chesf, visando ao ajuste do débito.
- e) Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé, na Bahia, pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (Proc. 0085/1993). A Sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido condenando a Chesf no valor de R\$ 50 milhões, correspondente a principal mais juros e correção monetária. Em 31/12/2008, a Chesf havia interposto recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31/03/2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal por incompetência absoluta do Juiz. Significa dizer que todos os atos decisórios estão nulos, devendo ser iniciado novo processo, desta feita na Justiça Federal. Em 30/09/2009 a Chesf não tinha sido notificada sob redistribuição dos autos. Em 31/12/2009, aguardava-se julgamento da Apelação.

II) A Companhia possui ações não provisionadas com *risco de perda possível*, conforme distribuição a seguir:

Contingências	2009	2008
Trabalhistas	106.148	87.965
Cíveis e fiscais	506.735	250.292
Total	612.883	338.257

Dentre essas destacam-se as seguintes:

- a) 02(duas) ações de indenização ajuizadas pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, nas quais pede a condenação da Companhia e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó. Uma, impetrada em 08/06/1999, para as faturas emitidas a partir de 30 de abril de 1990 e outra, impetrada em 31/05/2000, para as faturas emitidas até aquela data. Nas aludidas ações, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Companhia contestou as ações e pediu que a União Federal fosse admitida nos feitos, com a remessa dos processos a uma das Varas da Justiça Federal em Pernambuco. O Consórcio apresentou petição falando sobre o pedido de admissão da União nos feitos.

Após a apresentação da perícia e os esclarecimentos adicionais, foi realizada audiência em agosto de 2005, determinando-se a apresentação de razões finais até o dia 17/10/2005. Atualmente, os processos estão conclusos para despacho e provavelmente ocorrerá o saneamento final para a prolatação da sentença. Em 31/12/2009, os autos do processo permaneciam conclusos para decisão.

- b) Ação cível pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no Estado de Sergipe, no valor de R\$ 100 milhões, perante a 2ª Vara Federal em Sergipe (processo nº 20028500002809-6), tem por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, a jusante da UHE Xingó e provocados pela construção dessa Usina.

A ação foi proposta na Justiça Federal, em 27/06/2002, e contestada no prazo legal. Após uma sequência de incidentes processuais, que não afetaram a causa nem o pedido, o juiz da causa determinou, em 31/08/2005, a inclusão do IBAMA, IMA-AL, CRA-BA, União Federal e ADEMA-SE no polo passivo da ação, ordenando a citação dessas entidades.

Em 30/09/2005 aguardava-se o cumprimento dos mandados de citação. Em 30/09/2006, os autos se encontravam conclusos para o Juiz, após a juntada da procuração dos novos patronos da Chesf. Em 31/12/2006, o processo se encontrava suspenso por despacho do Juiz, aguardando julgamento de agravo de instrumento interposto pelo autor perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Ainda não julgado. Os litisconsortes da Chesf (União Federal, IBAMA, IMA-AL, CRA-BA e ADEMA-SE) já haviam sido citados. Em 12/09/2007, o juiz proferiu despacho no seguinte teor: “Aguardar a informação do trânsito em julgado da decisão do agravo, devendo a Chesf comunicar”. Considerando que o agravo de instrumento interposto pela Chesf foi denegado, esta Companhia interpôs embargos declaratórios contra essa decisão, os quais se encontravam pendentes de julgamento em 31/03/2008.

Por outro lado, na comarca de Brejo Grande/SE, havia também uma ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 100 milhões com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada, encontrando-se esse feito abandonado pela parte autora desde fevereiro de 2005. O último movimento processual ocorreu em novembro/2007, quando o juiz determinou a intimação do Ministério Público a se pronunciar sobre a ação. Em 31/03/2008, o processo permanecia parado e ainda sem manifestação do Ministério Público. Em 30/06/2008, o juiz da Comarca de Brejo Grande havia proferido decisão reconhecendo a incompetência da justiça estadual para apreciar o feito, determinando a remessa dos autos para a Justiça Federal. Em 30/09/2008, os autos se encontravam com vistas para o IBAMA. Em 31/12/2008, aguardava-se a devolução dos autos pelo IBAMA. Em 19/02/2009 essa ação, que havia sido remetida, por competência, para a Justiça Federal, foi considerada processualmente conexa com outra ação de caráter semelhante que ali já era apreciada – transcrita no início -, passando ambas a tramitar conjuntamente a partir daquela data.

Em 13/06/2008 foi publicado despacho do juiz determinando a citação da União e do IBAMA, bem como a intimação da parte autora para se manifestar sobre os termos da contestação. Em 30/09/2008, os autos se encontravam com vistas para o IBAMA. Em 31/12/2008, aguardava-se a realização de audiência de conciliação, prevista para 19/02/2009. Não tendo ocorrido conciliação na audiência de 19/02/2009, o juiz determinou novas providências para o andamento do processo. Nessa audiência, o juiz tomou conhecimento da existência de ação judicial com objetivo semelhante, que corria perante a Vara Cível da Comarca de Brejo Grande/SE e que havia sido remetida, por competência, para a Justiça Federal, sendo distribuída para sua jurisdição. Em vista disso, o juiz decidiu reconhecer a conexão processual entre as duas demandas, passando ambas, a partir daquela data, a tramitar conjuntamente. Foi, então, fixada a data de 14/05/2009 para realização de nova audiência com a finalidade de se decidir sobre a natureza da prova processual a ser colhida, inclusive realização de perícia. Nesta audiência, o juiz estabeleceu o prazo de 03 (três) meses para as partes apresentarem quesitos para perícia. Foi fixada a data de 15/09/2009 para a realização de audiência para delimitação do objeto da perícia, devendo a Chesf apresentar, com essa finalidade, minuta de Termo de Referência. Esse documento vem sendo elaborado por técnicos da Companhia, em conjunto com seus advogados terceirizados. Em 30/09/2009 o juiz que preside o feito havia adiado a audiência prevista para o dia 15/09/2009 para o dia 22/10/2009. Nessa audiência, o juiz fixou uma nova para o dia 02/03/2010, com a finalidade de nomeação do perito do juízo e determinação do prazo para a realização da perícia.

Suportada por avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa da Administração sobre a possibilidade de perda dessas ações é *possível*, quanto ao insucesso da defesa, mas não quanto aos valores dos pedidos.

III) Com *risco de perda remoto* destaca-se a seguinte ação:

Apesar de ser considerada pelos administradores, suportados pelos consultores jurídicos da Companhia, como de *risco de perda remoto*, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando ressarcimento financeiro.

Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juízo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a Chesf ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juízo – seria de aproximadamente R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais), valor não atualizado desde agosto de 1996.

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça, de não conhecer recurso especial interposto pela Construtora Mendes Júnior, e confirmar decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anulou a sentença, determinando ainda a redistribuição do processo a uma das Varas Federais de Pernambuco, o processo foi encaminhado à 12ª Vara Federal, tomando o número 2000.83.00.014864-7, para ser feita nova perícia e ser proferida nova sentença.

A Perícia foi apresentada. Devendo ser destacado que o Perito, respondendo a quesito da Chesf, declarou “*não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica*”. Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo Assistente Técnico da Chesf, que incluiu criterioso exame das demonstrações financeiras da Mendes Júnior. Com base nesses resultados, a Chesf pediu a improcedência total da ação.

O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo. E, no mérito, pediu a improcedência da ação.

A ação foi julgada procedente em parte, através de sentença publicada em 08/03/2008.

Contra a sentença, a Mendes Júnior apresentou embargos de declaração, em que pediu que fosse acatado o laudo elaborado pelo Perito Oficial, em sua integralidade. O Ministério Público Federal apresentou embargos de declaração pedindo que a ação fosse julgada inteiramente improcedente.

Os embargos da Mendes Júnior e do Ministério Público Federal foram rejeitados pela MM. Juíza da 12ª Vara Federal.

A Chesf e a União Federal apresentaram embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza, por meio de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença, relativos à apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior. Sendo esclarecida a sentença no ponto em que determina que, na apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior, devem ser abatidos todos e quaisquer pagamentos do principal, e todas e quaisquer compensações financeiras pagas pela Chesf, em cumprimento do contrato.

Contra essa sentença a Chesf apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando especialmente que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer *jus* a alguma espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela Chesf, em decorrência desses atrasos. Em 31/12/2008, a União Federal, a Chesf e a empreiteira Mendes Júnior, já haviam interposto apelação, estando em curso o prazo para o Ministério Público se manifestar sobre a sentença. O Ministério Público emitiu parecer favorável ao acolhimento da apelação da Chesf.

As apelações foram colocadas em pauta para julgamento, no dia 07/05/2009, pela 1ª Turma do Tribunal Regional Federal mas, por falta do *quorum* necessário, esse julgamento foi adiado para o dia 14/05/2009. Havendo o Desembargador Revisor pedido vista dos autos, o processo foi retirado de pauta, situação em que se encontrava em 31/12/2009.

Em 25/02/2010 a 1ª Turma do TRF 5ª Região deu provimento às apelações da Chesf, da União e do Ministério Público, e negou provimento ao apelo da Mendes Júnior, havendo o correspondente acórdão sido publicado em 08/03/2010.

Considerando elementos já constantes do processo, se vê que a Mendes Júnior não tomou qualquer empréstimo, especificamente para financiar a ação de Itaparica (ou não os tomou nos montantes expressos), e considerando ainda que, segundo a sentença, devem ser compensados todos os benefícios concedidos à Mendes Júnior, durante a execução do contrato; e considerando, por fim, os cálculos já efetuados preliminarmente pela Chesf, a Consultoria Jurídica da Chesf corrobora a posição dos patronos da Companhia, no sentido de que, presentemente, os riscos de perda são *remotos*.

21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

• Capital Social

O capital social, no valor de R\$ 4.539.557, é constituído por ações sem valor nominal, com a seguinte distribuição:

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobrás	40.478	100,000	1.002	81,351	41.480	99,449
Ministério da Fazenda	-	-	194	15,732	194	0,465
Finor	-	-	4	0,360	4	0,010
Outros	-	-	32	2,557	32	0,076
	40.478	100,000	1.232	100,000	41.710	100,000

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica, nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

• Reservas de Capital

	2009	2008
Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	156.846
	4.916.199	4.916.199

• Reservas de Lucros

	2009	2008
Legal	349.978	319.916
Estatutárias	8.179	8.179
Lucros a realizar	464.559	485.069
Incentivos fiscais	163.153	343.251
Retenção de lucros	2.209.834	2.209.834
	3.195.703	3.366.249

A Reserva Legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com a legislação societária, limitada a 20% do capital social.

A Reserva de Lucros a Realizar, decorrente do saldo credor da correção monetária de exercícios anteriores ao de 1995, é revertida para a conta de lucros acumulados, com base no percentual de realização do Ativo Imobilizado, integrando a base de cálculo da remuneração aos acionistas.

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Foi revogada na Lei nº 6.404/1976 a alínea “d” do § 1º Art. 182 - que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital - e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembléia Geral, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

A Reserva de Retenção de Lucros, prevista no artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, é constituída de parcelas do lucro líquido, tendo por finalidade integrar as fontes de recursos para a aplicação em projetos de investimentos da Companhia.

• Ajuste de avaliação patrimonial - Coligadas

A Companhia reconheceu neste exercício em seu patrimônio líquido de forma reflexa, pelo método da equivalência patrimonial, ajuste negativo de avaliação patrimonial decorrente do resultado de operações de hedge de fluxo de caixa efetivo registrados no patrimônio líquido da sua coligada ESBR Participações S.A., proporcional a participação naquela empresa, no montante de R\$ 1.320.

• Recursos Destinados a Aumento de Capital

Com objetivo de otimizar a estrutura de capital das suas Controladas a nossa Controladora, a Eletrobrás, autorizou a conversão de diversos empréstimos e financiamentos por ela concedidos, no total de R\$ 2.723.654, em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

Em dezembro de 2009, após esta conversão, a Companhia passou a possuir Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC, no montante de R\$ 3.018.050, os quais deverão ser capitalizados em 2010.

22 - FORNECIMENTO/SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

A receita da Companhia é, substancialmente, proveniente da venda de energia elétrica e da disponibilização do seu sistema de transmissão. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, pelas transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e por contratos do sistema de transmissão.

Sua composição é a seguinte:

	2009			2008		
	Nº de Clientes	GWh	R\$	Nº de Clientes	GWh	R\$
Fornecimento industrial	22	7.688	775.272	25	9.065	752.897
Suprimento de energia (*)	41	38.721	2.934.494	54	41.627	3.670.250
Disp. do sist. de transmissão	148	-	1.286.137	167	-	1.208.308
Total		46.409	4.995.903		50.692	5.631.455

(*) Inclui operações de curto prazo (CCEE), no valor de R\$ 255.783 (R\$ 786.796, em 2008).

23 – ENCARGOS REGULATÓRIOS

A Companhia incorreu, no exercício, em encargos regulatórios que totalizaram R\$ 526.857 (R\$ 502.724, em 2008) com a seguinte composição:

	2009	2008
Reserva Global de Reversão – RGR	116.780	144.382
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	42.595	48.260
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC	68.749	79.180
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	17.029	18.994
Programa de Inc. às Fontes Alternativas de Energia – Proinfa	41.213	25.281
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	30.430	21.833
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	210.061	164.794
	526.857	502.724

24 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício, têm a seguinte composição:

	2009			2008
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	43.236
Encargos de uso da rede elétrica	751.680	-	751.680	665.257
Pessoal	234.331	679.205	913.536	539.000
Material	8.847	15.420	24.267	26.971
Combustíveis para a produção de energia	7.242	-	7.242	335.281
Serviço de terceiros	44.642	92.189	136.831	133.185
Depreciação e amortização	554.141	66.299	620.440	603.403
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	210.061	-	210.061	164.794
Fachesf – Del. CVM nº 371/2000	-	131.151	131.151	(18.878)
Arrendamentos e aluguéis	6.435	14.857	21.292	18.990
Tributos	128	3.809	3.937	4.729
Provisões para contingências	-	51.522	51.522	89.714
Provisão (reversão de provisão) para créditos de liquidação duvidosa	-	75.600	75.600	(199.798)
Perdas com Cons./Concess. e Energia livre	-	96.206	96.206	210.940
Outros	(21.012)	41.397	20.385	(5.889)
Total	1.796.495	1.267.655	3.064.150	2.610.935

25 - RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da contribuição social e da provisão para o imposto de renda, é demonstrada a seguir:

	2009		2008	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	969.247	969.247	1.702.619	1.702.619
Encargo total da Contribuição Social e do Imposto de Renda calculado com base nas alíquotas de 9% e 15%, mais adicional, respectivamente	87.232	242.288	153.236	425.631
Efeitos fiscais sobre adições ou exclusões permanentes	(7.248)	(26.404)	(6.954)	(23.986)
Contribuição social e Imposto de renda do exercício	79.984	215.884	146.282	401.645

26 – INCENTIVO FISCAL – SUDENE

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A Chesf obteve, em 2008, a concessão do direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido para os exercícios de 2008 a 2017.

Em outubro de 2007 foi protocolado na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE o projeto com o pedido para expedição dos respectivos Laudos Constitutivos das instalações da Companhia, os quais foram emitidos por aquela Superintendência em maio de 2008.

Em agosto do mesmo ano, com base nos Laudos Constitutivos, foi protocolado na Receita Federal do Brasil o Pedido de Reconhecimento do Direito à Redução do IRPJ, obtendo-se a sua aprovação em dezembro de 2008.

O incentivo fiscal mencionado totalizou R\$ 163.153, em 2009, com registro no resultado do exercício como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07. A parcela do lucro decorrente deste incentivo fiscal foi totalmente destinada à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais e excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

27 – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

Em decorrência de Acordo Coletivo de Trabalho e observadas as disposições legais, a Companhia contabilizou o montante de R\$ 72.145 (R\$ 60.652, em 2008) destinado à participação dos empregados nos lucros ou resultados do exercício, a ser submetida à Assembléia Geral Ordinária – AGO.

28 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Embora o estatuto social da Companhia estabeleça uma distribuição de 25% do resultado líquido apurado em cada exercício social ajustado na forma da Lei, como dividendos mínimos obrigatórios, está sendo proposta, para o exercício, a seguinte distribuição:

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	764.387	1.437.291
Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais – SUDENE	(163.153)	(343.251)
Constituição da Reserva legal	(30.062)	(54.702)
Realização da Reserva de lucros a realizar	20.510	20.952
Lucro líquido ajustado – base de cálculo da remuneração	591.682	1.060.290
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	147.921	265.073
Remuneração proposta:		
Dividendos	591.682	530.145
Ajustes iniciais decorrentes da Lei nº 11.638/2007	-	14.730
Remuneração líquida	591.682	544.875
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	100,0%	51,4%
Dividendos brutos por ação ordinária e preferencial (R\$)	14,19	13,06

A remuneração aos acionistas será paga na data que vier a ser fixada na Assembléia Geral Ordinária - AGO de Acionistas, ou de acordo com a Lei Societária, no caso de a AGO não se pronunciar sobre a matéria, e terão os seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2009 até a data do pagamento, com base na variação da taxa SELIC.

29 – PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas de acordo com padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do Setor Elétrico. Na sequência, identificamos as empresas/entidades relacionadas com a Companhia:

Empresas	Natureza de Operação	2009			2008		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Eletrobrás	Contas a receber	1.739	-	-	494	-	-
	Empréstimos	-	254.359	-	-	3.401.005	-
	Contas a pagar	-	31	-	-	31	-
	Despesa financeira	-	-	(307.231)	-	-	(485.198)
	JCP/Dividendos a receber	-	588.124	(20.299)	-	541.874	(8.195)
		1.739	842.514	(327.530)	494	3.942.910	(493.393)
Furnas	Consumidores, conc. e permissionárias	4.874	-	-	4.933	-	-
	Contas a receber	8	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	15.249	-	-	14.327	-
	Receita de uso da rede	-	-	44.114	-	-	43.601
	Encargo de uso da rede	-	-	(129.956)	-	-	(117.700)
	JCP/Dividendos a receber	-	13	-	-	12	-
		4.882	15.262	(85.842)	4.933	14.339	(74.099)
Eletrosul	Contas a receber	21	-	-	18	-	-
	Fornecedores	-	7.107	-	-	6.196	-
	Encargo de uso da rede	-	-	(62.318)	-	-	(55.048)
		21	7.107	(62.318)	18	6.196	(55.048)
Eletronorte	Consumidores, conc. e permissionárias	7.260	-	-	6.737	-	-
	Fornecedores	-	7.332	-	-	6.804	-
	Contas a receber	6	-	-	5	-	-
	Receita de uso da rede	-	-	62.986	-	-	59.546
	Encargo de uso da rede	-	-	(65.139)	-	-	(61.320)
		7.266	7.332	(2.153)	6.742	6.804	(1.774)
Eletronuclear	Consumidores, conc. e permissionárias	613	-	-	570	-	-
	Receita de uso da rede	-	-	5.325	-	-	5.034
	JCP/Dividendos	-	8	-	-	7	-
		613	8	5.325	570	7	5.034
CGTEE	Consumidores, conc. e permissionárias	2.328	-	-	89	-	-
	Receita de uso da rede	-	-	866	-	-	787
		2.328	-	866	89	-	787
Eletropar	Contas a receber	14.693	-	-	14.693	-	-
	(-) Provisão para perdas	(13.237)	-	-	(13.237)	-	-
	Adiantamento a fornecedores	5.279	-	-	5.279	-	-
	Contas a pagar	-	1.456	-	-	1.456	-
		6.735	1.456	-	6.735	1.456	-
Ceal	Consumidores, conc. e permissionárias	20.084	-	-	18.547	-	-
	Contas a receber	20	-	-	11	-	-
	Receita de uso da rede	-	-	9.781	-	-	9.558
		20.104	-	9.781	18.558	-	9.558

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CNPJ nº 33.541.368/0001-16 – Companhia Aberta

Cepisa	Consumidores, conc. e permissionárias	104.891	-	-	142.738	-	-
	Receita de uso da rede	-	-	17.017	-	-	14.071
		104.891	-	17.017	142.738	-	14.071
STN	Participação societária permanente	111.389	-	-	112.780	-	-
	JCP/Dividendos a receber	9.672	-	-	9.831	-	-
	Fornecedores	-	1.142	-	-	1.069	-
	Receita de prestação de serviços	-	-	1.663	-	-	1.920
	Receita de JCP/ Dividendos	-	-	-	-	-	6.444
	Receita de equivalência patrimonial	-	-	18.213	-	-	15.605
	Encargo de uso da rede	-	-	(10.225)	-	-	(9.666)
		121.061	1.142	9.651	122.611	1.069	14.303
Integração Trans. de Energia S.A.	Participação societária permanente	23.345	-	-	22.893	-	-
	JCP/Dividendos a receber	-	-	-	57	-	-
	Fornecedores	-	838	-	-	-	-
	Receita de equivalência patrimonial	-	-	768	-	-	862
		23.345	838	768	22.950	-	862
Energética Águas da Pedra	Participação societária permanente	61.436	-	-	61.985	-	-
	Despesa de equivalência patrimonial	-	-	(549)	-	-	-
		61.436	-	(549)	61.985	-	-
Energia Sustentável do Brasil	Participação societária permanente	-	-	-	50.002	-	-
					50.002		
ESBR Participações	Participação societária permanente	202.388	-	-	-	-	-
	Despesa de equivalência patrimonial	-	-	(2.034)	-	-	-
	Ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.320)	-	-	-	-
		202.388	(1.320)	(2.034)	-	-	-
Interligação Elétrica do Madeira	Participação societária permanente	25.283	-	-	-	-	-
		25.283	-	-	-	-	-
Manaus Transmissora	Participação societária permanente	172	-	-	-	-	-
	Receita de equivalência patrimonial	-	-	172	-	-	-
		172	-	172	-	-	-
Manaus Construtora	Participação societária permanente	1.938	-	-	-	-	-
	Receita de equivalência patrimonial	-	-	1.938	-	-	-
		1.938	-	1.938	-	-	-
Fachesf	Fornecedores	-	3.306	-	-	3.856	-
	Contribuição normal	-	10.617	-	-	6.784	-
	Contratos atuariais	-	196.913	-	-	398.820	-
	Despesas atuariais	-	-	(131.151)	-	-	-
	Despesa financeira	-	-	-	-	-	(299)
	Despesas operacionais	-	-	(43.269)	-	-	(33.689)
		-	210.836	(174.420)	-	409.460	(33.988)
Cepel	Despesas operacionais	-	-	(9.438)	-	-	(9.010)
		-	-	(9.438)	-	-	(9.010)

A seguir, identifica-se as origens das principais transações, por empresa:

ELETROBRÁS

- Contratos de empréstimos celebrados entre as partes, de acordo com as condições mencionadas na nota 16.
- Remuneração pelo capital investido.

FURNAS

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.
- Remuneração pelo capital investido.

ELETROSUL

- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

ELETRONORTE

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

ELETRONUCLEAR

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.
- Remuneração pelo capital investido.

CGTEE

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

ELETROPAR

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

CEAL

- Contratos celebrados para o fornecimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

CEPISA

- Contratos celebrados para o fornecimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

STN

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa;
- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão;
- Direitos obtidos como forma de remuneração pelo capital investido.

INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa.
- Direitos obtidos como forma de remuneração pelo capital investido.

ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa.

ESBR PARTICIPAÇÕES S.A.

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa.

INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A.

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa.

MANAUS TRANSMISSORA

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa;
- Direitos obtidos como forma de remuneração pelo capital investido.

MANAUS CONSTRUTORA

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa;
- Direitos obtidos como forma de remuneração pelo capital investido.

FACHESEF

- Compromissos atuariais referentes à previdência complementar.
- Contrato de aluguel dos prédios sede e anexo da Companhia.
- Intermediação de prestação de serviços de saúde, seguro de vida e outros benefícios aos empregados da Companhia.

CEPEL

- Contrato de contribuição mensal como associado.

Além das empresas antes apresentadas, a Companhia também possui as seguintes partes relacionadas:

- Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron
- Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre
- Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
- TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

O pessoal chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores. O gasto total no exercício de 2009 está demonstrado a seguir:

	2009	2008
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	2.015	1.850
Encargos Sociais	591	548
Benefícios	108	80
Participações nos lucros	210	199
	2.924	2.677

30 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por intermédio da Instrução nº 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu mecanismos para a divulgação, em nota explicativa, do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos ou não nas demonstrações contábeis.

Na Companhia, os principais instrumentos financeiros são os seguintes:

ATIVO

- Aplicações no mercado aberto

Os valores de tais instrumentos representam os de mercado, devido a seus vencimentos de curtíssimo prazo.

PASSIVO

- Empréstimos e financiamentos

Estas operações de crédito estão atualizadas até a data do balanço; os correspondentes encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 31/12/2009, e os contratos de mútuo com a nossa controladora, a Eletrobrás, que representam cerca de 38% do total da dívida da Companhia, dos quais 94% são remunerados a uma taxa de juros equivalente a 10% ao ano. A taxa de mercado da Eletrobrás é por ela definida levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do Setor Elétrico. Considerando as circunstâncias especiais envolvidas no financiamento de seus projetos de expansão, o valor de mercado desses empréstimos corresponde a seus valores contábeis.

31 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

	2009			2008 (Reclassificado)		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL						
Fornecimento de energia elétrica	775.272	-	775.272	752.897	-	752.897
Suprimento de energia elétrica	2.678.711	-	2.678.711	2.883.454	-	2.883.454
Disponibilização do sistema de transmissão	-	1.286.137	1.286.137	-	1.208.308	1.208.308
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	255.783	-	255.783	786.796	-	786.796
Outras receitas operacionais	2.694	6.265	8.959	2.527	6.385	8.912
	3.712.460	1.292.402	5.004.862	4.425.674	1.214.693	5.640.367
Deduções da receita operacional						
Reserva Global de Reversão – RGR	(86.190)	(30.590)	(116.780)	(116.415)	(27.967)	(144.382)
ICMS sobre energia elétrica	(88.905)	-	(88.905)	(90.941)	-	(90.941)
Imposto Sobre Serviços – ISS	(127)	(304)	(431)	(113)	(291)	(404)
Pesquisa e Desenvolvimento	(31.693)	(10.902)	(42.595)	(37.970)	(10.290)	(48.260)
Conta de Consumo de Comb. Fósseis - CCC	-	(68.749)	(68.749)	-	(79.180)	(79.180)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	(17.029)	(17.029)	-	(18.994)	(18.994)
Proinfra	-	(41.213)	(41.213)	-	(25.281)	(25.281)
Pis/Pasep	(59.051)	(9.890)	(68.941)	(63.212)	(9.302)	(72.514)
Cofins	(272.008)	(45.598)	(317.606)	(291.222)	(42.889)	(334.111)
	(537.974)	(224.275)	(762.249)	(599.873)	(214.194)	(814.067)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.174.486	1.068.127	4.242.613	3.825.801	1.000.499	4.826.300
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	(43.236)	-	(43.236)
Encargos de uso da rede elétrica	(751.680)	-	(751.680)	(665.257)	-	(665.257)
Custo de operação						
Pessoal	(68.635)	(165.695)	(234.330)	(56.715)	(148.636)	(205.351)
Material	(3.161)	(5.686)	(8.847)	(4.319)	(7.039)	(11.358)
Combustíveis para a produção de energia	(7.242)	-	(7.242)	(335.281)	-	(335.281)
Serviço de terceiros	(13.476)	(31.156)	(44.632)	(14.818)	(32.563)	(47.381)
Comp. fin. p/utilização de recursos hídricos	(210.061)	-	(210.061)	(164.794)	-	(164.794)
Depreciação e amortização	(348.231)	(205.910)	(554.141)	(349.388)	(197.077)	(546.465)
Taxa de Fiscalização da Aneel	(21.677)	(8.753)	(30.430)	(13.434)	(8.399)	(21.833)
Outras	47.621	(2.742)	44.879	55.111	(3.856)	51.255
	(1.376.542)	(419.942)	(1.796.484)	(1.592.131)	(397.570)	(1.989.701)
CUSTO DO SERV. PREST. A TERCEIROS	-	(11)	(11)	136	(528)	(392)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.797.944	648.174	2.446.118	2.233.806	602.401	2.836.207
DESPESAS OPERACIONAIS	(509.389)	(758.266)	(1.267.655)	(204.273)	(416.569)	(620.842)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.288.555	(110.092)	1.178.463	2.029.533	185.832	2.215.365
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Renda de aplicações financeiras	58.419	19.359	77.778	59.738	17.116	76.854
V.monet. e acrésc. moratórios - energia vendida	29.484	2.247	31.731	65.269	5.003	70.272
Outras variações monetárias ativas	794	1.845	2.639	631	1.861	2.492
Outras receitas financeiras	37.857	41.381	79.238	20.524	9.441	29.965
Pis/Pasep e Cofins	(444)	(162)	(606)	(452)	(156)	(608)
Encargos de dívidas	(370.990)	(59.101)	(430.091)	(430.321)	(57.348)	(487.669)
V. monetárias s/empréstimos e financiamentos	51.312	1.705	53.017	(79.546)	(3.817)	(83.363)
Outras variações monetárias passivas	3.700	9.128	12.828	(14.076)	(34.813)	(48.889)
Outras despesas financeiras	(28.804)	(11.634)	(40.438)	(12.907)	(11.126)	(24.033)
	(218.672)	4.768	(213.904)	(391.140)	(73.839)	(464.979)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)						
Receitas	7.080	3.401	10.481	270	1.420	1.690
Despesas	(2.381)	(3.412)	(5.793)	(18.442)	(31.015)	(49.457)
	4.699	(11)	4.688	(18.172)	(29.595)	(47.767)
RESULTADO OPERACIONAL	1.074.582	(105.335)	969.247	1.620.221	82.398	1.702.619
Contribuição social	(93.704)	13.720	(79.984)	(142.650)	(3.632)	(146.282)
Imposto de renda	(257.754)	41.870	(215.884)	(394.923)	(6.722)	(401.645)
Incentivos Fiscais	180.881	(17.728)	163.153	326.640	16.611	343.251
Lucro antes das participações	904.005	(67.473)	836.532	1.409.288	88.655	1.497.943
Participação nos lucros ou resultados	(21.048)	(51.097)	(72.145)	(17.221)	(43.431)	(60.652)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	882.957	(118.570)	764.387	1.392.067	45.224	1.437.291
Lucro líquido por ação (R\$)	-	-	18,32	-	-	34,46

32 - SEGUROS

Conforme contrato firmado com a Bradesco Auto/RE – Cia. de Seguros, com prazo inicial de 04 (quatro) anos, a partir de 30/04/2005, prorrogado por mais 1 (um) ano, os principais ativos da Companhia, tais como, imobilizações em serviço e almoxarifado, estão segurados por apólices anuais, no montante global de R\$ 3.458.143, tendo a apólice atual vigência de 30/04/2009 a 30/04/2010. A especificação, por modalidade de risco, está demonstrada a seguir:

<u>Apólices</u>	Importâncias Seguradas	Prêmios Anuais
- Riscos Nomeados:		
Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, equipamentos Eletrônicos	3.445.757	9.479
- Riscos Aeronáuticos	12.386	549
	3.458.143	10.028

Na importância segurada, relativa ao seguro aeronáutico, estão incluídos R\$ 2.050 de responsabilidade civil.

Além dessas importâncias seguradas, a Companhia mantém apólices de seguros para garantir a movimentação de materiais, por intermédio de seguro de transporte nas modalidades terrestre, marítimo e aéreo nacionais e marítimo e aéreo internacionais, com vigência contratual de maio de 2009 a maio de 2010, mensalmente endossadas, e com importâncias seguradas, averbadas até 31/12/2009, no total de R\$ 98.042, com prêmios no montante de R\$ 204.

Na determinação da política de seguros e gerência de riscos são contemplados as localizações físicas, os riscos a que se expõem os bens e o custo/benefício.

33 - ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO - RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA – RTE, VARIAÇÃO DE ITENS DA “PARCELA A” E REPASSE DE ENERGIA LIVRE.

1. Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da Perda de Receita e Energia Livre.

ITENS	NÚMERO DO INSTRUMENTO DE HOMOLOGAÇÃO	VALOR HOMOLOGADO	REMUNERAÇÃO ACUMULADA ATÉ 31/12/2009	VALOR AMORTIZADO ATÉ 31/12/2009	SALDO A AMORTIZAR EM 31/12/2009
		(1)	(2)	(3)	(4) = (1 + 2 - 3)
Perda de Receita	Resoluções nºs 480/02, 481/02 e 01/04.	40.674	8.898	49.572	-
Energia Livre	Resoluções nºs 01/04 e 45/04.	77.303	37.144	114.447	-
Totais		117.977	46.042	164.019	-

2. Composição da Variação de Itens da “Parcela A” (período de 01/01/2001 a 25/10/2001) homologado pela ANEEL.

ITENS	VALOR HOMOLOGADO RESOLUÇÕES Nºs 482/02 E 001/04	REMUNERAÇÃO ACUMULADA ATÉ 31/12/2009	TOTAL ACUMULADO ATÉ 31/12/2009	VALOR AMORTIZADO ATÉ 31/12/2009	SALDO A AMORTIZAR EM 31/12/2009
	(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5) = (3) - (4)
“Parcela A” (período de 01/01 a 25/10/2001)	21.827	34.688	56.515	56.515	-

3. Composição dos saldos dos valores homologados pela ANEEL, representativos do Repasse de Energia Livre, que se referem à compra de energia elétrica no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

ITENS	VALOR HOMOLOGADO RESOLUÇÕES Nº 001/04 E 045/04	REMUNERAÇÃO ACUMULADA ATÉ 31/12/2009	TOTAL ACUMULADO ATÉ 31/12/2009	VALOR AMORTIZADO ATÉ 31/12/2009	REDUÇÃO DE TRIBUTOS E ENCARGOS OFÍCIO Nº 2.409/2007- SFF/ANEEL	SALDO REPASSADO A MAIOR ATÉ 31/12/2009
	(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5)	(6) = (3)-(4)-(5)
Repasse de Energia Livre	77.303	36.976	114.279	110.267	6.871	(2.859)

Em atendimento às determinações do Ofício nº 2.409/2007-SFF/ANEEL, a Companhia registrou em sua contabilidade estorno dos valores referentes aos tributos e encargos regulatórios, cujo ônus financeiro foi imputado às Concessionárias de Geração e que não foram efetivamente suportados pelos consumidores, nos termos da Nota Técnica nº 392/2007-SFF/ANEEL. Como os prazos de repasse haviam sido concluídos e todos os valores repassados, com tal registro verifica-se a ocorrência de pagamento a maior, no valor de R\$ 2.859, a receber de tais concessionárias.

No âmbito do referido Acordo Geral do Setor Elétrico, firmado entre as Geradoras e as Distribuidoras em 18/12/2001, a Companhia recebeu, neste exercício, o montante de R\$ 401, correspondente ao Ressarcimento de Energia Livre.

Por outro lado, a Companhia, em atendimento às determinações do Ofício nº 2.409/2007-SFF/ANEEL, registrou baixas do contas a receber de Energia Livre não faturado pelas Distribuidoras no prazo estabelecido pela ANEEL, no montante de R\$ 397.273, assim como o estorno dos custos tributários e encargos regulatórios por ela suportados, deduzidos pelas Concessionárias de Distribuição dos repasses financeiros de Energia Livre, cujos valores não foram efetivamente suportados pelos consumidores, nos termos na Nota Técnica nº 392/2007-SFF/ANEEL, no montante de R\$ 13.795, ficando com o seu contas a receber de Energia Livre, por devedor, demonstrado conforme a seguir:

Saldos a receber	31/12/2009
Empresa	Valor (R\$)
AMPLA (CERJ)	8.419
COSERN	7.542
Total bruto a receber	15.961
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.730)
Total líquido a receber	1.231
Circulante	1.231

Considerando que as empresas Distribuidoras têm prazo limite, estipulado pela ANEEL, para arrecadar a RTE de consumidores e repassar os valores devidos às empresas geradoras, a Companhia, estimou em R\$ 14.730 a provisão para perdas na realização desses créditos em 31 de dezembro de 2009.

Diante da interpretação dada pela ANEEL, quanto à não-realização do contas a receber de Energia Livre, impondo perdas substanciais às Geradoras, a Companhia, em conjunto com as demais empresas do Sistema Eletrobrás, está envidando esforços junto aos órgãos e instâncias competentes, no sentido de preservar os seus direitos previstos no Acordo Geral do Setor Elétrico.

A respeito da questão, em 12 de janeiro de 2010, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 387/2009 de 15 de dezembro de 2009, determinando que as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, realizassem os cálculos necessários à recomposição do valor final da Energia Livre e da Perda de Receita, utilizando a metodologia da referida Resolução, de forma a permitir a apuração dos saldos finais a serem repassados às geradoras.

O prazo para apresentação de tais cálculos à ANEEL foi até 28/02/2010, a qual deverá por meio de Despacho, no prazo de até 90 dias, definir os valores que deverão ser pagos em até 30 dias.

A administração da Companhia, apesar de inferir que tais cálculos resultarão em valores a receber, não efetuou o registro contábil dos referidos créditos, por não possuir informações suficientes para mensurá-los, os quais serão reconhecidos quando da homologação do valor final pela ANEEL.

Ações Judiciais relativas às contabilizações de energia de curto prazo do período de setembro/2000 a dezembro/2002

Estão em andamento ações judiciais movidas contra a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, referentes às contabilizações de energia de curto prazo, correspondentes ao período de setembro/2000 a dezembro/2002, procedidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Como parte do processo, a Companhia poderá vir a ser solicitada a arcar com o montante de R\$ 285.923, em valores históricos. Entretanto, de acordo com a avaliação dos seus consultores jurídicos, o risco de perda para a Companhia nesse processo está classificado como “*possível*”, não cabendo, portanto, provisionamento contábil.

34 - BENS E DIREITOS DA UNIÃO UTILIZADOS PELA CONCESSIONÁRIA

Nos termos da Instrução Contábil nº 6.3.13, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia mantém, em registros auxiliares, bens e direitos da União em regime especial de utilização, segregados por atividade, no montante de R\$ 68.465 (custo corrigido), conforme demonstrativo a seguir:

	2009								2008	
	Geração				Transmissão				Geração	Transm.
	Quant. itens	Custo Corrigido	Estimativa de Depreciação	Valor líquido	Quant. itens	Custo Corrigido	Estimativa de Depreciação	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Barragem da UHE Castelo Branco	1	56.858	(51.172)	5.686	-	-	-	-	6.823	-
Terrenos	10	2.958	-	2.958	4	223	-	223	2.958	223
Edificações	223	1.688	(1.688)	-	2	13	(11)	2	-	2
Reassentamento da UHE Itaparica	1	5.201	(2.347)	2.854	-	-	-	-	3.062	-
Aeroporto de Guadalupe - PI	1	926	(926)	-	-	-	-	-	-	-
Estrada de acesso à UHE Castelo Branco	1	508	(508)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	3	90	(79)	11	-	14
Total	237	68.139	(56.641)	11.498	9	326	(90)	236	12.843	239

35 - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Tomando-se por base o mês de dezembro de 2009 e de acordo com a política salarial da Companhia, a maior e a menor remunerações mensais pagas a empregados foram de R\$ 25.251,59 e R\$ 1.218,71, respectivamente; o maior honorário atribuído a dirigentes correspondeu a R\$ 29.462,61. Tais remunerações são compostas de salários permanentes, gratificações e adicionais.

36 – RECEITAS – CONCESSIONÁRIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSMISSÃO

A Receita Anual Permitida - RAP está definida na Cláusula Primeira item XIV do Contrato de Concessão a qual se refere à receita autorizada pela ANEEL, mediante resolução, pela disponibilização das instalações do Sistema de Transmissão relacionadas nesse Contrato de Concessão. A Receita Anual Permitida da Transmissora é composta pela RPB (parcela referente às instalações da Rede Básica) mais a RPC (parcela referente às demais instalações de transmissão e conexões). A RPB ainda está subdividida em RBSE (receita referente aos ativos de transmissão indicadas na Resolução ANEEL nº 167/2000, para as instalações de transmissão existentes à época), mais RBNI (receita referente aos novos ativos a serem incorporados ao sistema de transmissão da empresa), ambas reajustadas anualmente pelo IGP-M. Após a Primeira Revisão Tarifária Periódica das Concessionárias de Transmissão de Energia Elétrica ocorrida em julho de 2007, a RBNI não terá seus valores diminuídos pela metade após o 15º ano da entrada em operação, conforme estabelecido nas autorizações emitidas pela ANEEL na época. Para novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada 4 anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

37 – MEIO AMBIENTE

São os seguintes os gastos efetivados pela Companhia, de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente:

Natureza dos Gastos	2009			2008
	Aplicação			Total
	Imobilizado	Resultado	Total	
Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	5.760	5.154	10.914	10.675
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	779	1.126	1.905	2.689
Educação ambiental para a comunidade	-	933	933	1.240
Outros projetos ambientais	300	1.616	1.916	807
Total	6.839	8.829	15.668	15.411

- *Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente*, compreende os gastos com estudos, diagnósticos, levantamentos, planos de uso e programas de monitoramento, dentre outros, não contemplando as ações de recuperação ou mitigação de impacto ambiental.
- *Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados*, compreende os gastos com execução de ações voltadas para preservar e/ou recuperar ambientes degradados com impactos já detectados, com uma ação de reparação em andamento, podendo se referir a ambientes aquáticos, terrestres ou atmosféricos.
- *Educação ambiental para a comunidade*, compreende os gastos com ações de educação e/ou capacitação para sustentabilidade, voltadas às comunidades impactadas pela implantação dos empreendimentos da Companhia.
- *Outros projetos ambientais*, compreende os gastos com as demais ações adotadas pela Companhia, tendo como objeto a preservação do meio ambiente.

A Companhia possui compromissos assumidos de gastos com o meio ambiente, no montante de R\$ 16.290, com previsão de desembolso de R\$ 11.700, para o exercício de 2010, e R\$ 4.590 a partir de 2011.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ubirajara Rocha Meira
Presidente

Dilton da Conti Oliveira
Conselheiro

Swedenberger do Nascimento Barbosa
Conselheiro

Altino Ventura Filho
Conselheiro

Erenice Alves Guerra
Conselheira

Marcelo Viana Estevão de Moraes
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Pedro Gaudêncio de Castro
Presidente

Sonia Regina Jung
Conselheira

Antônio Carlos Pinho de Argôlo
Conselheiro

DIRETORIA

Dilton da Conti Oliveira
Diretor-Presidente

Marcos José Mota de Cerqueira
Diretor Econômico-Financeiro

José Ailton de Lima
Diretor de Engenharia e Construção

Mozart Bandeira Arnaud
Diretor de Operação

José Pedro de Alcântara Júnior
Diretor Administrativo

SUPERINTENDÊNCIA DE EXECUÇÃO E CONTROLE ECONÔMICO-FINANCEIRO

José Ivan Pereira Filho
Superintendente
CRC-PE-007552/O-6 – Contador



Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - ("Companhia") em 31 de dezembro de 2009 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco em 31 de dezembro de 2009 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer com data de 27 de fevereiro de 2009, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2010

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE

Gilberto Bagaiolo Contador
Contador CRC1RS069038/O-0 "S" PE

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" PE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do **Relatório da Administração**, bem como do **Balanco Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis**, referentes ao exercício findo em 31/12/2009, à vista do Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 13/03/2010, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Tomou, ainda, conhecimento da Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício a ser encaminhada à deliberação da Assembléia Geral de Acionistas.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que **os referidos documentos societários refletem adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, **a situação patrimonial, financeira e de gestão** da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se **favorável à submissão da proposta de destinação do lucro líquido do exercício** à Assembléia Geral dos Acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Brasília, 24 de março de 2010.

Pedro Gaudêncio de Castro
Presidente

Sonia Regina Jung

Antonio Carlos Pinho de Argôlo